

Luta de Classes

Jornal da Esquerda Marxista

Nº 26

08 de novembro a
08 de dezembro/2009

R\$ 3,00

“A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” (Karl Marx)

 Pela reconstrução
da 4ª Internacional

PETISTAS LUTAM NO PED PELA RUPTURA COM A BURGUESIA!

Leia nas págs. 10 e 11



Encontro na Flaskô cobra a estatização, dia 28/11

Leia na pág. 7

EDITORIAL

Aonde leva a “base aliada”

Enquanto os trabalhadores lutam o governo ataca com nova lei do inquilino. Os petistas fortalecem a chapa ‘Virar à Esquerda, Reatar com o Socialismo’ para exigir que Lula rompa com os patrões!

Págs. 2

CRISE

De olho na crise. Alguns dados sobre a crise no Brasil

Pág. 3

SINDICAL

Vidreiros de SP realizam vitorioso Congresso

Págs. 4 e 5

CULTURA

Artistas, Arte e Revolução

Pág. 9

JUVENTUDE

Governo Serra cobra taxas nas escolas e impede a mobilização estudantil

Pág. 8

INTERNACIONAL

- Revolução Chinesa: 60 anos
- Honduras: pausa e novo momento nas lutas

Pág. 15

www.marxismo.org.br

QUEM SOMOS E PELO QUE LUTAMOS?



A Esquerda Marxista é uma organização política que luta pelo socialismo. Somos a seção brasileira da Corrente Marxista Internacional - CMI, presente em mais de 30 países. Estamos ao lado dos trabalhadores e da juventude em suas batalhas do dia-a-dia rumo à sua emancipação. Juntos com os trabalhadores, ocupamos fábricas (Cipla, Interfibra, Flaskô e tantas outras). Na defesa dos postos de trabalho e direitos, desde 2002 construímos o Movimento das Fábricas Ocupadas na luta pela estatização sob controle operário, resistindo aos duros golpes, como a intervenção a mando do governo federal na Cipla e Interfibra.

Estamos com os trabalhadores rurais sem-terra e os sem-teto nas lutas por terra e moradia. Estamos nos sindicatos, na CUT, combatendo pelas reivindicações dos trabalhadores, contra os pelegos e os divisionistas. Impulsionamos o Movimento Negro Socialista, que tem papel destacado na luta contra o racismo e o racismo – contra a divisão do povo trabalhador brasileiro em “raças”. E com a Juventude Revolução – organização de jovens da EM – estamos na luta da juventude por seus direitos e por um futuro digno; organizando a luta pelo passe-livre e por vagas para todos nas universidades públicas.

Somos uma corrente do Partido dos Trabalhadores, uma corrente que não se furta a combater a coalizão de Lula com a burguesia e a degeneração do partido, dessa forma nos ligamos aos milhares de petistas que continuam fiéis à sua classe e que não se esqueceram dos motivos pelos quais o PT foi fundado.

Aonde leva a “base aliada”



Renan Calheiros, Sarney, Temer, Hélio Costa... Velhas raposas da burguesia

Os grandes jornais e as TVs costumam reclamar que a Câmara dos Deputados e o Senado trabalham bem menos que deviam. Para ser preciso, fruto da pressão popular, alguns projetos de interesse do povo como a lei das 40 horas de trabalho, andam e muito devagar. Fruto do medo do povo, alguns projetos (como a Reforma Tributária que diminui a contribuição previdenciária dos patrões) estão parados. Mas, quando podem, os deputados e senadores trabalham contra o povo. E a aliança do PT no governo, a dita “base aliada” leva o partido para caminhos muito longe do seu projeto original.

O deputado José Carlos Araujo (PR-BA), da “base aliada” do governo apresentou um projeto em 2007 que altera a Lei do Inquilinato (Lei 8.245/91). E, surpresa, o projeto andou bem depressa, que teve como relator na Câmara o deputado do PT (José Eduardo Cardoso) e no Senado a senadora do PT (Ideli Salvatti). E é um projeto que beneficia os proprietários que têm imóveis para alugar e penaliza o povo trabalhador que vive em casa alugada e os pequenos comerciantes, que dependem de alugar lojas para manter seu negócio.

Lembrando, a Lei de 91, feita em pleno período Collor já era um ataque aos inquilinos, pois permitia a “denúncia vazia”, ou seja, a retomada do imóvel sem que o proprietário apresentasse uma razão para tal. Segundo os economistas, jornalistas, analistas e outros “istas” de plantão na época, isso aumentaria a oferta de imóveis e diminuiria o aluguel. Bom, 18 anos se passaram, e como nem uma coisa nem outra aconteceram, eles voltam à carga. A diferença é que desta vez contam com o apoio do PT.



Sim, mais um ataque. Mais um em que se procura jogar a crise em cima dos trabalhadores. De onde vem? Da famosa base aliada e o PT comeu com farinha



O que traz de diferença na nova lei:

- aumenta os deveres do fiador, até a devolução do imóvel (antes era até a o fim do prazo contratual)
- caso, no final do contrato, exista um interessado em alugar por preço maior que o combinado em contrato, o locatário deverá cobrir a oferta (ou seja, o reajuste fica maior) ou sair do imóvel.
- acelera todos os prazos judiciais de retomada do imóvel e aumenta os casos de incidência de multa.
- estabelece que caso o locatário

tenha sido despejado por ação judicial, tem direito à indenização, mas fica vedada a sua volta ao imóvel!

Em termos claros, um projeto que beneficia quem tem dinheiro, quem tem capital (em forma de imóveis) e ataca os que são mais pobres (que precisam alugar uma residência ou uma loja pequena). Significativamente, as lojas de shoppings não precisam seguir estas regras...

Mais um ataque! Sim, mais um ataque. Mais um em que se procura jogar a crise em cima dos trabalhadores. De onde vem? Da famosa base aliada e o PT comeu com farinha, comprando sebo como se fosse carne! Existe saída para esta situação?

A saída é a exigência de romper com esta base aliada, romper os acordos com Sarney, Collor, Maluf e Cia e voltar aos trilhos do “velho PT”. Este é o caminho que estamos seguindo com a luta da chapa “Virar a Esquerda, Reatar com o Socialismo” no PED do PT. E é esta luta que vem aglutinando quadros e militantes que sabem que o único caminho em direção ao socialismo é o da independência de classe, é romper com a burguesia. Junte-se a nós neste combate!



Mais uma vez o Congresso vota contra o povo

ASSINE: LutadeClasses

Jornal da Esquerda Marxista - Pela reconstrução da 4ª Internacional
12 N°s R\$ 30,00 - 12 N°s R\$ 50,00 solidário
Rua Tabatinguera, 326 cj. 11 - Centro - São Paulo, SP - CEP: 01020-000 Fone: (11)3101-8810
jornal@marxismo.org.br - home: www.marxismo.org.br

Faça contato com a Esquerda Marxista contato@marxismo.org.br

Alagoas: al-contato@marxismo.org.br
Brasília: df-contato@marxismo.org.br
Minas Gerais: mg-contato@marxismo.org.br
Mato Grosso: mt-contato@marxismo.org.br
Mato Grosso do Sul: ms-contato@marxismo.org.br
Paraíba: pb-contato@marxismo.org.br

Pernambuco: pe-contato@marxismo.org.br
Paraná: pr-contato@marxismo.org.br
Rio de Janeiro: rj-contato@marxismo.org.br
Rio Grande do Sul: rs-contato@marxismo.org.br
Santa Catarina: sc-contato@marxismo.org.br
São Paulo: sp-contato@marxismo.org.br

De olho na crise

ALGUNS DADOS SOBRE A CRISE NO BRASIL

Luiz Bicalho

luizbicalho@gmail.com

O governo e jornalistas da grande imprensa comemoraram: a crise passou e vamos voltar a crescer. O Banco Central, coerentemente com isso, resolve que os juros têm que seguir na mesma altura de hoje. E todos, felizes no melhor dos mundos, seguem despreocupados e airosos.

A realidade dos trabalhadores é bem diferente. O governo comemora que o desemprego está no mesmo nível do ano passado. Olhando os dados do IBGE, verificamos o seguinte: o número de pessoas empregadas é aproximadamente igual ao número de pessoas empregadas em setembro do ano passado. Ou seja, todos os que completaram 18 anos e teoricamente estão no mercado de trabalho ou não conseguiram emprego ou, se o conseguiram, é porque desempregaram alguém mais velho. Além disso, o número de empregados com carteira assinada diminuiu e, também, caiu o emprego industrial. Comparado com outros países como Espanha e EUA, Lula pode “comemorar”. Para todas as famílias de trabalhadores que perderam empregos e não o recuperaram, não há motivos para tal comemoração.

Por outro lado, o fato das demissões terem deixado de ocorrer (todos nos lembramos das demissões em massa no final do ano passado e no começo deste ano) levou a que os trabalhadores esquentassem os músculos e partissem para a briga: as greves de metalúrgicos, correios, construção civil, bancários, dentre outras, todas conquistaram reajustes salariais.

Um exemplo de como está a produção é a indústria automobilística, onde a sua associação fornece os dados precisos da situação:

| | Automoveis e outros | Máquinas Agrícolas | Exportação - valor em milhões de dólares |
|----------------|---------------------|--------------------|--|
| Jan-Set 2009 | 2,32 milhões | 38,4 mil | 5,57 bilhões |
| Jan-Set 2008 | 2,62 milhões | 41,0 mil | 10,76 bilhões |
| Queda Produção | - 11,5% | - 6,4% | - 48,3% |

Fonte: ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

O que nos dizem estes dados? Em primeiro lugar que a produção caiu do ano passado para este ano, apesar de toda a política de incentivo do governo, em particular a produção para exportação. Ou seja, os efeitos da crise mundial tiveram seus reflexos aqui no Brasil. A queda (em valores) para mais da metade da exportação mostra bem isso.

O licenciamento de veículos (que representa a venda de veículos novos no mercado interno) comportou-se da seguinte forma:

| | Automoveis | Caminhões | Ônibus |
|---------------|-----------------|---------------|---------------|
| Jan-Set 2009 | 1.965.807 | 71.953 | 16.225 |
| Jan-Set 2008 | 1.925.661 | 89.411 | 19.856 |
| Varição Venda | 2,1% (aumentou) | -19,5 (queda) | -18,3 (queda) |

Fonte: ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

Ou seja, os incentivos em termos de crédito barato, maior oferta de crédito e a redução do IPI (em termos de valores, algo em torno de 4 bilhões de reais, aproximadamente 2,8 bilhões de dólares, metade do valor que caiu com a exportação) levaram a um pequeno aumento na venda de automóveis, mas não puderam deter a queda na venda de caminhões e de ônibus, aqueles que têm sua venda diretamente relacionada com a produção.

Em termos de emprego, essa indústria empregava 117 mil pessoas em 2007, 131 mil em 2008 e agora emprega 121 mil. Ou seja, ainda temos uma queda de 10 mil pessoas empregadas, valores que se refletem por toda a cadeia de produção e venda automotiva.

Observemos que estes dados dizem respeito a toda a produção nacional: se cai a produção de tratores (6,4%), se cai a produção de caminhões e ônibus (quase 20%), isso tem relação direta com a queda no transporte de mercadorias e, também, com a perspectiva de queda na produção

agrícola. Os dados na corrente de comércio (exportação mais importação) mostram isso: a corrente de comércio caiu por volta de 27% no mesmo período, coerentemente com a queda na venda de caminhões. Para a produção agrícola, teremos que esperar os dados da safra do ano que vem, já que a queda da venda de tratores só vai se espelhar na produção do próximo ano.

Em outras palavras: a economia segue sendo mundial e o Brasil está vinculado à produção mundial de mercadorias. Assim, enquanto cai o consumo na Europa e EUA (principais consumidores de nossos produtos industrializados), cai a produção aqui – e isso tem reflexo em toda a cadeia produtiva e, particularmente, no mercado de trabalho, nos empregos disponíveis.

Hoje, a queda do valor do dólar – que é um fenômeno mundial – leva a uma instabilidade maior de todo o mercado mundial. A manutenção artificial do valor do Yuan (moeda chinesa) leva à diminuição brutal da qualidade de vida dos trabalhadores chineses de forma geral – em outras palavras, sua força de trabalho se torna mais barata e suas mercadorias, em consequência, idem. Ao mesmo tempo, essa queda impede o aumento das importações dos EUA, ou seja, cai aquele que foi o nosso maior mercado (a questão do mercado mundial será objeto de artigo no próximo número do JLC).



SOBRE O AUMENTO DO IOF DAS APLICAÇÕES ESTRANGEIRAS

O governo brasileiro, frente à queda do valor do dólar (que caiu aqui mais que em outros países) resolveu taxar as aplicações estrangeiras em bolsas e outros ativos financeiros. Segundo o governo, isto impediria uma queda mais rápida do valor do dólar. Os números dos primeiros dias dizem realmente isso: o dólar continua a cair de valor (...) mais devagar. Ou seja, dólar mais barato, mais importações e menos exportações. Menos emprego.

O problema é que o capital continua a vir para o país por um motivo simples: ganhar com os altos juros (a média no restante do mundo está entre zero e 1% de valor nominal, em muitos casos são juros reais negativos). No Brasil, 8,75%! Eles aplicam aqui e ganham a diferença, apesar dos 2% de taxa (a taxa teria que chegar a 8%, sem brechas para escape, que existem várias, para evitar este efeito).

O único efeito é aumentar um pouco a arrecadação – já que os cofres do governo encontram-se esvaziados, em virtude da baixa de atividade econômica (que o governo tenta dizer que não acontece). Outras discussões sobre o assunto são meras especulações para “inglês ver” – tanto é que o FMI apoiou a medida.

Vidreiros realizam vitorioso Congresso



Plenário do 6º Congresso dos Vidreiros de São Paulo

Wanderci Bueno

wanderci.bueno@gmail.com

Nos dias 24 e 25 de outubro realizou-se na Praia Grande, na bonita Colônia de Férias do Sindicato, o 6º Congresso dos Vidreiros de São Paulo. Esse Congresso foi um enorme sucesso e deve servir de exemplo para todos os trabalhadores e direções sindicais, em que pese todas as dificuldades para sua preparação, pois ocorreu logo após as eleições sindicais e junto com a abertura da Campanha Salarial, com a nova diretoria ainda não empossada.

O comparecimento massivo da base, com mais de 150 delegados eleitos nas diferentes regiões do Estado, e o alto nível das discussões, por dois dias, construíram a necessária unidade, aprovando a Tese 1 como tese guia, que foi emendada a partir do mais amplo debate, fra-



A luta sindical é oposta aos interesses dos patrões e, por isso, este Congresso declara que o Sindicato não pode apoiar em 2010, nenhum candidato ou partidos que representem os interesses patronais

terno e respeitoso, digno da democracia operária.

O Congresso foi aberto com o debate sobre Conjuntura Internacional e Nacional com as falas dos representantes das diferentes correntes que atuam no sindicato: Miranda (Esquerda Marxista), Adi (presidente da CUT estadual - Articulação Sindical), Wagner (CTB) e Emanuel Melato (Intersindical).

Em seguida passou-se às discussões sobre a Tese guia, com a aprovação da Tese 1 por mais de 90% dos votos dos presentes. Logo depois foram apresentadas e debatidas as emendas. A Tese elaborada em comum acordo entre os companheiros da Esquerda Marxista, Articulação Sindical e CTB, dentre outras coisas destaca que:

“O 6º Congresso dos Vidreiros de São Paulo se realiza numa conjuntura desafiadora para o sindicalismo classista, marcada pela mais séria crise do sistema capitalista internacional (...) resulta das contradições inerentes ao processo de produção e reprodução da sociedade capitalista, agravadas ao longo dos anos pelos déficits da economia estadunidense. A classe trabalhadora não é culpada por ela. Mas é quem mais padece com os seus dramáticos efeitos (...), pelo processo de demissões em massa (...) pelo arrocho dos

salários; pela redução e flexibilização dos direitos sociais...”, concluindo que:

“O sistema capitalista se transformou num enorme freio para o progresso da humanidade (...).”

COM A CUT, UNIFICAR AS LUTAS

Mais adiante, avaliando a crise afirma:

“(...) os últimos números indicam que ainda não atingimos o nível de crescimento e produção anteriores à crise (...). Os patrões intensificaram sua ofensiva contra a classe trabalhadora, tentando impor acordos com redução de salários e flexibilização de direitos, além de dispensas arbitrárias que resultaram na destruição de centenas de milhares de postos de trabalho (...). O governo (...) deixa a desejar quando não condiciona o socorro às empresas em dificuldades às contrapartidas sociais, como a manutenção e ampliação do nível de emprego. O Estado Nacional, ainda está subordinado aos interesses dos grandes capitalistas do campo e das cidades.”

Ao final da análise de conjuntura, concordando com a emenda originada na iniciativa dos companheiros da Esquerda Marxista em discussões com a Articulação, aprova a seguinte resolução sobre as eleições em 2010:

“... a eleição não é o principal terreno da luta sindical e dos trabalhadores, a utilizamos para denunciar os patrões e ampliar nossas forças. A luta sindical é oposta aos inte-

resses dos patrões e, por isso, este Congresso declara que o Sindicato não pode apoiar em 2010, nenhum candidato ou partidos que representem os interesses patronais.”

Sobre o governo Serra declara:

“... O Sindicato deve apoiar e participar das mobilizações contra as medidas do Governo Serra que está privatizando e sucateando os serviços públicos (...).”

Resgatando e reafirmando os princípios de origem da CUT, diz:

“... A CUT deve ser o instrumento mobilizador e unificador das lutas da classe operária e do povo trabalhador (...) devemos retomar as lutas unificadas com todos os sindicatos reabrindo a discussão sobre a participação nos fóruns tripartites e sobre os recursos do governo que tem a função de quebrar a independência da CUT e dos sindicatos... No início deste ano, a diretoria do Sindicato enviou uma carta à direção nacional da CUT onde propunha a abertura de uma discussão sobre a Greve Geral, contra as demissões, unificando as lutas em curso. Essa discussão ainda não está encerrada... A CUT deve realizar um esforço permanente para unificação das lutas em curso. O 6º Congresso mantém o Sindicato dos Vidreiros filiado à CUT (...).”

Posicionando-se com firmeza sobre as lutas das fábricas ocupadas diz:

“O Sindicato atuará junto com a CUT e a CNQ envidando todos os esforços para por fim à interven-



Miranda fala em nome da Corrente Sindical Esquerda Marxista no Congresso dos Vidreiros

ção judicial na CIPLA e Interfibra; envidará todo apoio à luta da fábrica ocupada Flaskô, inclusive em sua campanha por uma audiência solicitada ao presidente Lula.”

**SEM DISCRIMINAÇÃO,
DIREITOS IGUAIS ENTRE A
CLASSE TRABALHADORA**

Sobre a questão racial, combatendo pela unidade da classe:

(...) “reafirma a luta contra toda forma de discriminação por cor de pele, sexo, religiões ou nacionalidades. O Sindicato dos Vidreiros continuará na luta pela igualdade jurídica de todos os trabalhadores (as) e contra as formas que os patrões e os governos encontram para dividir-nos, em especial com o racismo. Posicionamos-nos contra as leis que vêm dividir os trabalhadores e o povo e contra as leis que transferem recursos às empresas

que reservam vagas para trabalhadores de pele escura. Pele escura ou pele branca, entre os trabalhadores somos todos iguais e irmãos. Emprego para todos! Direitos iguais entre a classe trabalhadora!”

**CONSTRUIR COMISSÕES
DE FÁBRICA
E A CAMPANHA SALARIAL**

Adotando uma posição combativa e classista aprovam ainda que:

“A direção do Sindicato está desautorizada a assinar qualquer acordo de banco de horas e redução de salários e direitos. A partir do primeiro semestre de 2010 deve organizar grupos nas principais fábricas da categoria para construir Comissões de Fábricas” e declara-se da seguinte forma sobre a Marcha convocada pela CUT para 11 de novembro, “Mandar gente só para Brasília não basta. O Sindi-

cato deve realizar manifestações nas principais fábricas da categoria. Pela redução da jornada, sem redução de salários.”

Os companheiros vidreiros aprovaram ainda realizar uma Campanha Salarial reivindicando: 12% de reajuste salarial, manutenção das cláusulas sociais e um plano de mobilização para a campanha salarial cuja data base é 1º de dezembro.

Um momento emocionante do Congresso aconteceu logo após a aprovação das resoluções, quando o companheiro Wanderci fez um breve relato da situação da Flaskô (fábrica ocupada e controlada pelos operários) e da campanha solicitando uma Audiência ao presidente Lula. Imediatamente os delegados, com muito entusiasmo, começaram a preencher os postais que serão enviados a Lula, cobrando a Audiência para salvar os empregos.

No encerramento, os trabalhadores cantaram o Hino da Internacional.



Diretores do Sindicato com o postal da Flaskô



Delegado Vidreiro assina o postal da Flaskô

Greve dos bancários

CONTRIBUIÇÃO INICIAL PARA UM BALANÇO

Rafael Prata
rafaelpratacps@yahoo.com.br

Após o fim da greve dos bancários, é importante fazer um balanço, para identificarmos nossas dificuldades e prepararmos-nos para superá-las e intervir nas próximas lutas que virão. Infelizmente, os bancários ainda não tiveram oportunidade de discutir coletivamente a própria greve. As análises foram feitas pelos próprios bancos e pela direção da Contraf/CUT e dos sindicatos filiados.

Os banqueiros querem que tudo volte ao normal, ou seja, que os bancários ralem e que eles fiquem com os lucros. Mais ainda, que compensem as horas dos dias de paralisação, sem reclamar, até às vésperas do Natal.

Já as direções sindicais avaliam que a greve foi vencedora por ter evitado perdas para os trabalhadores e obtido alguns avanços. Mas faltam alguns elementos para que a categoria possa avaliar, por si mesma, a greve de 16 dias nos bancos privados, Banco do Brasil (BB) e Nossa

Caixa, bem como a greve de 28 dias na Caixa Econômica Federal (CEF).

**O GOVERNO LULA
NESSE CONFLITO**

Mais uma vez, Lula se escondeu atrás da direção do BB que, por sua vez, se escondeu atrás dos bancos privados na mesa de negociações e esperou a FENABAN (Federação Nacional dos Bancos) apresentar uma proposta global para “complementá-la” em separado, quando ao contrário, Lula deveria ter orientado o BB a atender as reivindicações dos bancários nos bancos estatais, e assim forçar os bancos privados a fazerem o mesmo!

Lula e o BB tinham condições de oferecer mais aos trabalhadores, mas esperar a proposta da FENABAN foi mais conveniente para a diretoria do BB e para o governo Lula, pois eles usaram como base um parâmetro baixo de remuneração, permitindo, assim, que cada vez mais os banqueiros fiquem com polpudos lucros e ainda recebam todo tipo de ajuda

federal para salvá-los da crise. Além disso, o BB deixou para trás uma série de reivindicações específicas importantes, como Plano de Cargos e a volta do pagamento das substituições em cargos com comissão (p. ex., um assistente que fica no lugar de um gerente em férias não recebe mais a comissão ligada ao cargo superior, apesar de desenvolver as mesmas funções).



Dividir os bancários é o que mais interessa aos banqueiros, por isso, a realização de assembleias em separado (por bancos privados, BB e CEF) deve ser abolida



Já na CEF foi pior. Em nenhum momento o governo se mostrou favorável aos trabalhadores e a diretoria do banco agiu como qualquer patrão: ameaçou jogar a greve na justiça! E aí, um dia antes da audiência no TST, apresentou um abono de R\$ 700 para por fim ao movimento.

Diante disso, é necessário tirar algumas conclusões: as direções sindicais devem

cobrar, em primeiro lugar, a responsabilidade do governo federal e dos bancos públicos e avançar a discussão - na Contraf, CUT, movimentos sociais, partidos de esquerda (principalmente no PT) e na sociedade - sobre a necessidade de estatização dos bancos sob controle dos trabalhadores, para avançar na centralização de todo o sistema financeiro nas mãos do Estado e abrir caminho para a centralização do Estado nas mãos de todos os trabalhadores!

Outra medida necessária é fortalecer o trabalho de base para garantir uma maior participação dos bancários no movimento sindical. Nas mobilizações devem ser formados comitês de greve com delegados eleitos pela base, para que os próprios trabalhadores em luta possam decidir e executar as ações e terem de fato o que propor nas assembleias.

Dividir os bancários é o que mais interessa aos banqueiros, por isso, a realização de assembleias em separado (por bancos privados, BB e CEF) deve ser abolida entre nós. Por fim, as direções sindicais, se quiserem realmente atacar os banqueiros onde lhes dói mais, devem preparar as próximas mobilizações a partir das paralisações dos sistemas online e eletrônicos.

Magistério: Piso salarial nacional

Maria Luciene Cordeiro*
cordeiroluciene@ig.com.br

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 206 trata especificamente da valorização do magistério e Piso Salarial Nacional para os Educadores. O Governo Lula, trouxe em sua Plataforma de governo, em 2002, a substituição do FUNDEF pelo FUNDEB, que veio se concretizar em dezembro de 2006, através da Medida Provisória n 339 e finalmente regulamentada pela Lei 11.494 de 20 de janeiro de 2007, retroagindo-a a primeiro de Janeiro de 2007.

O FUNDEB trata expressamente da VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO, embora a lei não trate do Piso Nacional, o qual era tão esperado pelos educadores de todo país. Sendo assim a luta pelo Piso teve a sua continuidade ao longo de 2007. A promessa do Governo Federal de implantar o Piso a partir de Janeiro de 2008 foi pura enganação, a Lei só veio ser aprovada e sancionada em 16 de Julho de 2008 para entrar em vigor a partir de Janeiro de 2009.

O referido Piso instituído através da

Lei 11.738/08, não atendeu as expectativas dos educadores, pois além do valor bem inferior ao esperado R\$950,00 (novecentos e cinquenta reais), para uma jornada de quarenta horas semanais, e só será integralizado totalmente a partir de Janeiro de 2010. Em novembro de 2008, cinco governadores ajuizaram perante o Supremo Tribunal Federal Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4167, contra a Lei 11.738/08.



É vergonhoso considerar um salário de R\$950,00, para uma jornada de trabalho de quarenta horas semanais, como Piso digno de valorização de magistério



Na verdade o Piso é uma farsa, os Governadores e Prefeitos interpretam a Lei de acordo com os seus entendimentos e as suas conveniências, as gratificações são incorporadas para complementar o Piso sem critério algum, como quinquênios já

adquiridos, difícil acesso, salário família entre outros, e como se não bastasse o Ministro da Educação publicou a Portaria 788, de 14 de agosto de 2009, revogando a Portaria 221, de 10 de março de 2009, reduzindo os valores do FUNDEB de todos os estados e municípios. Esta medida do Ministro da Educação, só reforça a desregulamentação da Lei 11.738/08, através do seu art.5º que estabelece:

“O Piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica será atualizado, anualmente, no mês de janeiro, a partir de janeiro de 2009, art.5º da Lei 11.738/08”.

Com a aplicação correta da Lei, fazendo a correção baseando-se no art.5º, o Piso de referência a partir de 1º de janeiro de 2009, seria de R\$1.132,40(mil cento e trinta e dois reais e quarenta centavos). É notório que a decisão do Ministro da Educação, quando revogou a portaria 221 e publicou a portaria 788, diminuindo os recursos do FUNDEB, só favoreceu o desejo daqueles que não querem valorizar a educação.

* Diretora do SINDUPROM - Sindicato único dos Professores Municipais no Estado de Pernambuco



É vergonhoso considerar um salário de R\$950,00 (novecentos e cinquenta reais), para uma jornada de trabalho de quarenta horas semanais, como Piso digno de valorização de magistério, as entidades organizadas sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais deveram organizar e arma às categorias ligadas a educação do país inteiro, para lutar de forma unificada em defesa de uma educação pública de qualidade, que vai desde a manutenção da infra estrutura das escolas que na sua maioria encontram-se sucateadas, condições dignas de trabalho e salários justos para os educadores.

Pós-graduandos marcham à Brasília

Vinicius de Lima Dantas*
viniciusldantas@gmail.com

No dia 10 de novembro, os estudantes de pós-graduação vão à Brasília reivindicar, dentre outras coisas, a recomposição do orçamento do Ministério de Ciência e Tecnologia que foi cortado por conta da crise econômica mundial. Foram cerca de R\$ 1,2 bilhão de reais cortados, representando 20% do orçamento previsto para 2009 (estadao.com.br acessado em 04/02/09). De acordo com o Jornal da Ciência (SBPC - 22/01/2009) “o corte deverá afetar a concessão de bolsas e, conseqüentemente, a formação de novos docentes e profissionais aptos a realizar projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D)”.

Além dos cortes no orçamento já efetuados no ano de 2009, já existe a

proposta de novos cortes para 2010, como consequência direta da crise.

A resolução de construir a caravana à Brasília foi tirada no 37º Conselho Nacional de Associações de Pós-graduandos (CONAP) realizado na cidade de São Carlos pela Associação Nacional dos Pós Graduandos (ANPG), aprovada por representantes de 30 Associações de Pós-Graduandos (APGs). Hoje a caravana também conta com o apoio da União Nacional dos Estudantes (UNE) já que foi aprovada, consensualmente, no último congresso da entidade.

Outra importante reivindicação da caravana é a aprovação do PL dos pós-graduandos que propõe a revinculação das bolsas de graduação e pós-graduação ao salário dos professores, vinculação que existia anteriormente ao governo FHC, mas que foi revogada por este. Essa é

uma bandeira importante, pois permite a unificação das duas categorias (professores e estudantes) na luta por aumentos. O PL também reivindica a garantia do direito de licença maternidade remunerada.



o corte deverá afetar a concessão de bolsas e, conseqüentemente, a formação de novos docentes e profissionais



Outras bandeiras da caravana são: Direito ao meio-passe para pós-graduandos em ônibus intermunicipais e municipais; direito à meia-entrada; valorização e ampliação das bolsas; aumento do número de bolsas; taxa de bancada para todos os pós-

graduandos; mobilidade acadêmica para o pós-graduando; auxílio tese para todos os pós-graduandos; política de incorporação de jovens mestres e doutores no mercado de trabalho; pelo desenvolvimento de políticas de assistência estudantil para os pós-graduandos nas universidades; expansão da universidade pública e institutos de pesquisa, como forma de democratização da educação; combate à crise e incorporação qualificada de mestres e doutores.

Convidamos todos os estudantes a se engajarem na construção dessa mobilização e participar conosco da caravana à Brasília em 10 de novembro, que pretende dizer NÃO ao repasse da crise para o povo e para a educação. Para obter mais informações sobre a caravana envie um e-mail para: viniciusldantas@gmail.com.

* Diretor de Instituições Públicas da ANPG

Encontro na fábrica ocupada

Pedro Santinho

pedro.santinho@uol.com.br

No dia 28 de novembro de 2009, o Conselho de Fábrica da Flaskô (fábrica ocupada e sob controle dos trabalhadores), em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São José dos Campos, Sindicato Metalúrgico de Itaboraí, Sindicato dos Trabalhadores Petroleiros da região de Campinas e Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários da Região de Baurú e Mato Grosso do Sul, realizarão o Encontro dos Trabalhadores

para traçar um plano de ação comum na luta pela re-estatização da Vale, Embraer e Ferrovias e também pela nacionalização de toda a riqueza do sub solo brasileiro, em particular pela manutenção da estatização da Petrobrás e pela total estatização do Pré Sal, tendo como eixo o debate sobre o Controle Operário e a defesa dos trabalhadores da Flaskô que há mais de seis anos ocuparam a fábrica e estão sofrendo todo tipo de ameaças.

Os signatários da convocatória exigem de Lula a garantia dos empregos, o fim das ameaças que podem levar a fá-

brica ao fechamento, e que Lula destine recursos para garantir a continuidade da produção. Os signatários exigem que as Ferrovias, a Vale Rio Doce e a Embraer, sejam renacionalizadas e que a Petrobrás e o Pré Sal sejam totalmente estatizados.

As inscrições para o Encontro devem ser feitas pelos fones: (19)3864-2624
E-mails: pedro.santinho@uol.com.br e também: mobilizacaoflasko@yahoo.com.br

**Fábrica ocupada é fábrica estatizada! Nenhuma demissão!
Ocupar as fábricas para manter os empregos**

ENCONTRO DIA 28 DE NOVEMBRO

10 H DA MANHÃ

Sindicato dos trabalhadores Químicos de São Paulo
Rua Tamandaré, 348
Liberdade - São Paulo

Pernambuco: Educação em Greve!*

Trabalhadores em educação do estado de Pernambuco recebem um dos mais baixos salários do país e o governo de Eduardo Campos (PSB) usa a mídia local para jogar a população contra os trabalhadores

Joseir Gonçalves

joesirgoncalves@yahoo.com.br

OS INTERESSES DA CLASSE

No dia 25 de março de 2009, o governo do estado recebeu a pauta de reivindicações da categoria, e até o momento não apresentou o percentual de reajuste salarial. Em assembléia, no dia 6 de julho, os professores da rede estadual de ensino decidiram deflagrar greve. Em estado de greve desde o dia 11 de junho, a categoria quer a aplicação do índice de 19,2% estipulado este ano para reajuste do piso salarial nacional do magistério. Outra reivindicação é que um professor de nível médio que trabalha 30 horas semanais passe a ganhar R\$ 1.132,40, ao contrário dos atuais R\$712.

OS INTERESSES DA BURGUESIA

O Governador Eduardo Campos (PSB), através do Secretário de Educação, Danilo Cabral (PSB), vem desenvolvendo uma política de não receber os trabalhadores, sem abrir o diálogo e utilizando-se do aparelho repressor (Polícia Militar e o Batalhão de Choque) para intimidar os trabalhadores, combinando com a propaganda em jornais e

TVs locais. Aliás, a propaganda tem sido um fenômeno que merece destaque na política educacional do atual governo.

Atuando em grupos focais “Escolas de Referência” no fomento à competição em forma de bônus e premiações de escolas estratégicas e precarizando o trabalho docente com contratação temporária do “exército de reserva”, desqualificando o trabalho docente e sonegando o direito de acesso ao serviço público por concurso.

Os Programas Educacionais são monitorados por uma consultoria do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG) aplicando-se o modelo de “Gestão Empresarial” para atender os ditames do Banco Mundial, que tem desenhado em seus programas de inserção prioritária no Ensino Fundamental com características de negação da liberdade e do ato de criação pedagógica, o que inviabiliza as políticas de igualdade fundamental entre os seres humanos, fragmentando, por meio de políticas focalizadas, o sistema público de Educação.

Não foi por acaso que, recentemente, o Governador Eduardo Campos (PSB) foi homenageado no âmbito do Programa de Modernização da Gestão Pública da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, esse é o quadro e produto da Política Educacional do Governo da

Frente Popular (PSB, PT, PDT, PCdoB, PP, PTB, PR e demais legendas)

O QUE FAZER?

Deter e reverter a tendência à destruição do trabalho, do trabalhador e da natureza é o desafio maior. Sociabilizar para o mundo do trabalho desalienado é um componente desse enfrentamento. Fazê-lo em meio às estratégias que visam dar fôlego e prolongar o modelo capitalista é o embate atual.

Os trabalhadores resistem. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco – SINTEPE tem sido um organizador e um ponto de apoio mobilizando na cidade e no interior do estado em atividades práticas no local de trabalho e em atos públicos.

Compete à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE e à CUT promover a ligação dos movimentos sociais em preparação da Greve Geral, pois o que está em curso é muito mais grave do que está posto no Estado de Pernambuco, no Brasil e na América Latina é a confirmação da tese de Thatcher de que “não há alternativa”. E as lutas que pulsam na América Latina

terão de mostrar que a história será feita conforme as lutas dos protagonistas, embora, como nos ensinou Marx, não nas circunstâncias escolhidas por nós.

A EXPERIÊNCIA DA LUTA DE CLASSE

Em Jaboatão dos Guararapes-PE, os trabalhadores em educação da rede municipal fazem greve com ocupações. Após 45 dias de greve, sem terem suas reivindicações atendidas pelos representantes municipais, os trabalhadores passaram a ocupar prédios públicos, o que levou o Prefeito Elias Gomes (PSDB) a abrir as negociações com uma pauta de reivindicações, mediadas pela CUT e a deputada estadual Tereza Leitão (PT).

Na avaliação dos dirigentes sindicais do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Jaboatão – SINPROJA a ação trouxe benefícios aos trabalhadores que conseguiram implantar o PCC dos funcionários de escolas e a antecipação salarial de 5,6% do piso salarial a ser implantado em setembro.

* Este artigo corrige e substitui o publicado na edição 24 do Jornal Luta de Classes.

France Telecom: o testemunho de um sindicalista

Modeste Alcaraz*

Eu li e ouvi muitas coisas sobre os suicídios dentro da France Telecom. Aposentado a pouco tempo dessa empresa, eu vi e conheci a aflição de meus colegas. No meu estabelecimento em Nice, eu fui delegado do pessoal CGT e secretário do Comitê de Higiene, da Segurança e condições de Trabalho (CHSCT). Eu escrevo com conhecimento de causa. Todos os dias, como sindicalista, eu era confrontado ao impacto desastroso das escolhas estratégicas e financeiras da empresa sobre seus assalariados.

Em 2005, o governo nomeou o Senhor Lombard ao comando da France Télécom. Ele sucedeu a Thierry Breton, nomeado ministro das finanças. Em 2007, o novo PDGG era promovido comandante da legião de honra. Na direção de uma empresa que ganha milhões de euros a cada semestre, Lombard começou fazendo o Conselho de Administração votar um belo aumento de salário para ele. Nunca se é mais bem servido que por si mesmo. Por outro lado, ele se negou a discutir qualquer aumento para o pessoal.

Em vista do que está passando na France Telecom, é diante dos tribunais que os dirigentes dos estabelecimentos deveriam estar. Medidas destinadas a melhorar as condições e a segurança de trabalho foram regularmente votadas, no CHDCT, diante dos delegados do pessoal. Mas elas abortaram antes mesmo de serem aplicadas. Quando nós denunciávamos os fatos, verbalmente ou por escrito, nós não encontramos nenhum eco, nem interno, nem junto ao poder público (direção do trabalho, ministro tutelar, governo).

Diante da quebra de seus ofícios e das re-estruturações incessantes, muitos dos assalariados tentaram refugiar-se atrás de greves de trabalho. Alguns encontraram soluções precárias “acordando” com seus chefes. Outros, pressionados ao limite, mataram-se. A atitude dos encarregados, encorajados e pressionados pela direção, empurra os assalariados a um ponto sem volta. Na France Telecom, faz tempo que não há “assistência à pessoa em perigo”.

O mal vem de muito tempo. Após o desmembramento das PTT e a privatização da empresa, o pessoal teve que aceitar a queda de seu poder de compra, a extinção de postos, a mobilidade e as humilhações. O salário foi reduzido ao cala-boca, pois “tem pior que ele” e que, “funcionário” tem garantia de emprego. Eu muitas vezes ouvi: “se você não está contente, vá procurar em outro lugar. Mude de trabalho...”. Isso corroe e destruiu muitas pessoas.

As re-estruturações sucessivas tiraram homens e mulheres de seus empregos. Recentemente, os trabalhos técnicos realizados pelos agentes da FT foram entregues à Dalki, filial da Véolia (concorrente da France Telecom). O objetivo da direção era obter um investimento de corpo e alma para as necessidades econômicas da empresa. Aos assalariados de gerir os contratos, muitas vezes na dependência de sua própria saúde, e à empresa de tirar seus benefícios. A administração parece sempre com as propagandas e com a manipulação.

Eu conheci casos extremos de aflição. Nos meus mandatos sindicais, eu fiquei em Paris sobre dossiês de acidentes de trabalho ou doenças. Pediu-se o impossível aos agentes traumatizados ou acidentados. Eles deveriam, entre outras coisas, procurar eles mesmos um posto compatível com suas patologias. A empresa foi incapaz de re-alocar seus próprios agentes.

Desarmados diante do estresse dos agentes, os médicos do trabalho alertaram sistematicamente nossos diretores. Mas eles foram ignorados. Aliás, sua independência é constantemente ameaçada. Aqueles que não se conformam com a doutrina administrativa da France Telecom, suas ações de médicos do trabalho são entravadas. Diante dessa situação, muitos deles se demitiram.

Em seguida ao suicídio de um assalariado, em 28 de setembro, em Annecy, o médico do trabalho do estabelecimento solicitou a intervenção de um psiquiatra especializado em sofrimento no trabalho. Porém o psiquiatra se recusou a dirigir-se a empresa!

No presente, coloca-se um número verde à disposição do pessoal. Um questionário anônimo deve ser distribuído para recolher o sentimento do pessoal. Que seja! Mas a direção se recusa a ler os relatórios anuais dos médicos, relatos feitos sobre os serviços a partir dos anos 90, onde se encontrariam muitos elementos que explicam o sofrimento dos assalariados desta empresa.

A pesar da longa série de suicídios, Senhora Legarde, ministra das finanças, renovou oficialmente sua confiança a Didier Lombard. Ele teve que firmar um contrato sólido em caso de “saída” prematura da sociedade. Na espera, as promessas, as coletivas de imprensa e visitas nos locais continuarão, para enganar.

Aos 55 anos, a pesar da minha boa saúde, eu decidi sair dessa caixa com o fato da Lei Fillon sobre os aposentados, uma pobre pensão, sobretudo comparada à aposentadoria dourada que espera Didier



Manifestantes contra os suicídios

Lombard. Mas durante 36 anos de trabalho na FT, eu consagrei minha energia a defender o assalariado contra o patrão, o explorado contra o explorador. Eu não o cumprimento, Senhor Lombard. Eu não me tornei seu escravo. Eu seguirei como um homem livre.

* Modeste Alcaraz
(PCF et CGT, à Nice)



Compre e Assine o Jornal LutadeClasses

jornal@marxismo.org.br

(11) 3101-8810 - Rua Tabatinguera, 326 cj. 11 - Centro - São Paulo - CEP: 01020-000

Artistas, Arte e Revolução



Trabalhadores da cultura em luta junto com marcha das centrais sindicais

Mario Conte Cosentino Filho

mariocontef@yahoo.com.br

Os artistas não constituem um grupo à parte das relações de classe ou do sistema econômico. Ainda que a matéria do trabalho do artista seja basicamente a imaginação, ele é um ser deste mundo, com necessidades materiais iguais a todos, obtidas, na sociedade capitalista, do mesmo modo que qualquer um: pela venda de mercadorias ou da sua força de trabalho. Por mais evidente que seja que o artista está neste mundo e não o observa do alto, em outras épocas essa relação era muito mais clara que hoje, até para ele. Porque, noutros tempos, o artista, para poder sobreviver, estava a serviço do poder.

No Egito as artes eram usadas para exaltar o faraó. Na Grécia, o teatro tinha fim moral, de edificar valores considerados positivos para a sociedade, como em todos os trabalhos artísticos que, por isso, eram públicos e custeados pelo estado. Na Idade Média, a arte foi usada para divulgar a moral da Igreja enquanto instituição, com peças de teatro chamadas autos, encenadas publicamente, ou com esculturas e pinturas com imagens de santos e eventos da Bíblia. Missas continham longas partes cantadas e tocadas, compostas por músicos pagos pela igreja. Nesta época a arte serviu à nobreza, a classe política dirigente: pintavam-se seus retratos ou esculpiam-se monumentos exaltando-os; músicos compunham e executavam danças em suas festas, etc. Em países e culturas da Ásia e da África a arte chegou a ter sua prática proibida para pessoas mais pobres. Conhecimentos de téc-

nicas e procedimentos artísticos eram passados de pai para filho e divulgados apenas para membros da mesma casta.

Viu-se aqui como a arte foi usada pelo poder oficial para transmitir ou inculcar a ideologia que lhe era conveniente. No século XX, ditaduras criaram instituições para controle da arte (associações controladas pelo estado, no nazismo e no stalinismo, a censura e o controle de entidades de classe de artistas, na ditadura brasileira). Tal controle da arte se deve a que, se ela pode cooptar eficientemente para o poder, também possui potencial subversivo, que pode ser usado contra ele.

A arte desperta o imaginário e a razão para possibilidades muito além das que se vivenciam no cotidiano. Ao falar diretamente aos sentidos (escuta, visão, etc.), ela permite a ressensibilização destes em ter-

mos humanos; leva a pessoa a transcender as necessidades animais instintivas (como comer, dormir, etc.), e revela novas necessidades e possibilidades. Marx havia mencionado este processo em seus Manuscritos Econômicos e Filosóficos, como “humanização dos sentidos”, porque estes se voltam para fins humanos. Para que isso ocorra, as primeiras necessidades devem ser supridas. Mas suprir só as necessidades básicas nunca foi possível para todos na história da humanidade, porque esta história foi e é a história da luta de classes. Mas se antes se dizia que esta carência existia por falta de condições materiais, hoje o que se dá é a superprodução e o desperdício, gerando lucro e acúmulo de riquezas para poucos.



Foi com as primeiras grandes revoluções, que a arte se vê parcialmente liberada de cumprir determinações do poder oficial. Estas revoluções, levaram a transformações em todas as relações dos modos de produção, inclusive entre produtores e consumidores de arte



Foi com as primeiras grandes revoluções, que a arte se vê parcialmente li-

berada de cumprir determinações do poder oficial. Estas revoluções, levaram a transformações em todas as relações dos modos de produção, inclusive entre produtores e consumidores de arte. Estas relações, até então praticamente diretas, passam agora por tantas mediações, que não é mais possível o comprador da arte determinar completamente sua forma e o seu conteúdo, segundo seus interesses de classe. Pode-se dizer que a arte começa a emancipar-se (mesmo que só parcialmente), porque seu controle se torna mais difícil e, assim, seu uso mais perigoso.

O artista engajado nos problemas do seu tempo, aderente à revolução é uma criação dela, mas foi necessário tempo até ele amadurecer sua crítica sob uma ótica socialista. Até o século XX a maioria dos artistas que se declaravam revolucionários, ainda que muito preocupados em denunciar a desumanidade do capitalismo, não se engajavam na luta prática, limitando a prática revolucionária a sua arte. Foram exceções alguns artistas russos em 1917, e os dadaístas alemães, em 1918, que combateram nestas revoluções. Estes acontecimentos se devem a ter sido o século XX o momento histórico com maior acúmulo sobre a relação das artes com a revolução, o que torna a responsabilidade de um artista do século XXI para esta questão muito maior, algo que ele simplesmente não pode ignorar.

Continuaremos na próxima edição a ver as relações do artista com a revolução.



Mural de Diego Rivera, afresco de 1934, expressa a arte independente

ELEIÇÕES NO PT (PED)

Os primeiros debates

Redação Jornal Luta de Classes
jornal@marxismo.org.br

Até o momento de fechamento desta edição, tinham se realizado quatro debates a Presidente Nacional do PT: Brasília, Pará, São Paulo e Rio Grande do Sul. Serge participou dos quatro e, a partir deles, conseguiu diversas adesões à nossa chapa nacional.

EM BRASÍLIA, com 500 pessoas participando, muitos petistas vibraram com a intervenção de Serge. Importantes apoios surgiram e se comprometeram com a campanha de nossa chapa.

NO PARÁ, um blog de um petista relatou:

“Quem deu um show de simpatia foi o candidato Serge Goulart, que atendeu todos gentilmente. Com um estilo “meio” militante dos anos 70, defendeu o PT das origens e dos princípios. Ganhou o troféu simpatia do blog e alguns votinhos.”

O DEBATE EM SÃO PAULO realizou-se em um local acanhado que impediu a participação da base. Cerca de 300 pessoas participaram e mais uma vez

todos os candidatos, exceto Serge Goulart, expressaram suas concordâncias com a candidatura de Dilma que veio como imposição por cima do partido, desrespeitando até mesmo o Encontro que simplesmente homologará a candidata. Sokol, da corrente “O Trabalho”, que antes se esquivava, passou a acatar Dilma como a cadidata.

Serge criticou as alianças com os partidos da burguesia, sempre recebendo amplo aplauso dos presentes. Propôs que a direção estadual organizasse outro debate em um ginásio de esportes ou estádio, para permitir a participação dos filiados e militantes. (Risos no plenário)

EM PORTO ALEGRE, com cerca de 450 militantes, o debate rendeu apoio de militantes de base e dirigentes locais. Uma companheira disse a Serge, no final do debate, “você falou o que a maioria de nós está sentindo”. Uma coisa é certa, os militantes do RS estão bastante desconfiados da política que seus dirigentes estão desenvolvendo. Ainda mais que no RS o inimigo principal é hoje o PMDB. Serge explicou que não é possível apoiar uma aliança nacional com o PMDB e pensar que isso não vai chegar no RS.

Polêmicas:

“O Trabalho”: Da defesa do Socialismo à defesa do Mercado e das instituições burguesas

Construída como uma organização socialista (sua origem é a OSI – Organização Socialista Internacionalista), O Trabalho chega agora ao PED defendendo o mercado capitalista. Em artigo publicado no seu blog de campanha para o PED (<http://ttsbrasil2009.wordpress.com>) lemos:

“A única saída para a crise é resgatar a soberania nacional - a começar de todo o petróleo, não apenas o Pré-Sal, desenvolver o mercado interno, defender o emprego e os salários, recuperar os serviços públicos e realizar a re-

forma agrária.” (grifo nosso)

Puro “desenvolvimentismo burguês”. Trata-se de uma mudança de qualidade. Inicialmente, havia uma mudança de “defesa do socialismo” para a “defesa da soberania nacional”, explicando que isso era um passo para construir o socialismo. Agora, diretamente, a defesa do mercado, ou seja, a defesa do capitalismo. Dessa forma, “O Trabalho” alinha-se com o texto majoritário aprovado no último Encontro do PT que defende o mercado.

Mas a coisa piora quando Markus Sokol explica, em Brasília e em Belém, que contra o Senado corrupto é preciso uma Constituinte para acabar com o Senado e “remodelar as instituições”, ou seja, reformar as instituições da burguesia.

PT e PMDB juntinhos para 2010

Um programa de colaboração de classes

VEJA VOCÊ MESMO E TIRE AS CONCLUSÕES

Nota à Imprensa

Representados por lideranças e dirigentes nacionais, PMDB e PT, após avaliar o satisfatório cumprimento dos eixos programáticos que fundamentaram a coalizão de governo em 2007, comunicam que, de comum acordo, estabelecem pré-compromisso com vistas à disputa da eleição à Presidência da República em 2010, baseados nas seguintes premissas:

- 1 - Construir aliança programática e eleitoral para o pleito presidencial;
- 2 - Os dois partidos comporão, necessariamente, a chapa de Presidente e Vice, a ser apresentada ao eleitorado brasileiro;

3 - Os dois partidos compartilham, em conjunto com as demais agrimações que venham a integrar essa aliança, a coordenação de campanha e a elaboração do programa de governo, com objetivo de dar continuidade aos avanços do governo do Presidente Lula, do qual PT e PMDB são forças de apoio e sustentação. (grifo nosso)

4 - Com esse escopo, PMDB e PT levarão este pré-compromisso às suas instâncias partidárias, construindo soluções conjuntas para as alianças regionais;

Brasília, 21 de outubro de 2009.

Partido dos Trabalhadores (PT)
Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

Baurú PED passagem

A Chapa Virar à Esquerda, Reatar com o Socialismo participa do PED com chapa completa, composta por filiados que militam no movimento sindical, popular, juventude, Movimento Negro e Socialista e muitos petistas autênticos que foram reeagrupados pelo Mandato Operário, Popular e Socialista.

A Chapa tem visitado os filiados, apresentamos nossas posições e discutimos a necessidade do PT em Baurú ter vida orgânica, se ligar a classe trabalhadora e a juventude.

A Chapa Virar a Esquerda tem realizado um duro trabalho, principalmente diante da completa ausência de organização do partido na cidade. Onde o partido não conta com sede, não faz as reuniões de diretório e tão pouco de executiva. Os militantes e filiados não são chamados a discutir o governo municipal, no qual o PT participa.

A banca do Mandato do Vereador Roque que é instalada no Calçadão da cidade, tornou-se um ponto de encontro de filiados e simpatizantes do partido, e muitas pessoas se filiam ali.

Nosso companheiro Thiago, profes-

sor, é o candidato nosso no PED Municipal e juntos com Serge e Miranda saberão construir um partido colado aos jovens e trabalhadores. Essa é a vontade de todos os companheiros lutadores.



Virar à esquerda! 29

Reatar com o Socialismo

SC: Entrevista com Mariano

A campanha da Chapa "Virar à Esquerda! Reatar com o Socialismo!" em Santa Catarina ganhou mais força com a licença de Adilson Mariano da vereança na cidade de Joinville. Esta medida permite a Mariano, candidato da chapa a presidente estadual, visitar militantes, filiados e simpatizantes e lideranças petistas em todo o estado. Nesta entrevista, Mariano fala ao JLC sobre o resultado e as perspectivas da campanha no estado.

JLC: Como você conseguiu se liberar para campanha?

Mariano: Como o atual 1º suplente do partido é o camarada Moacir Nazário, militante de nossa tendência, decidimos que eu me licenciaria da função de vereador e ele assumiria o meu lugar. Moacir é o nosso candidato a presidente municipal do PT de Joinville. Como vereador, seu nome ganha uma projeção maior durante a campanha e eu fico

liberado para viajar o estado e dialogar com as lideranças do partido.

JLC: Quantas cidades você já visitou?

Mariano: Visitamos a micro Norte e do planalto Norte, a micro de Florianópolis, do Vale do Itajaí e do Alto Vale. Vamos visitar também a micro Sul e o Oeste. No total, visitamos aproximadamente 70 cidades.

JLC: Qual sua percepção referente a essas visitas?

Mariano: Há sete anos batemos na mesma tecla, "a coalizão vai fragilizar o projeto do PT seja no governo ou no partido. A direita sairá fortalecida". Antes os petistas não nos davam ouvidos, agora a situação tem sido diferente. Os militantes estão com o sentimento de que é preciso mudar, de que é preciso virar à esquerda, e o programa que apresentamos em nossa tese tem sido assimilado por eles.

JLC: Que sentimentos são esses expressados pelos petistas?

Mariano: O sentimento de abandono. O partido agoniza na base. Não há formação política, nem organização

dos núcleos. As lideranças não recebem orientação política e na hora da campanha eleitoral fazem qualquer acordo com os partidos da direita para tentar dar sobrevida ao partido. Como se isso desse algum resultado. Seguem a lógica da política nacional de coalizão. Porém, sabem que não é o melhor a fazer. Considero interessante o que está acontecendo na administração petista de Brusque.

JLC: O que ocorre em Brusque?

Mariano: O PT se coligou com o PP. Paulo Eccel, prefeito petista, para não ficar refém da direita, atende a população todas as sextas-feiras das oito da manhã até oito da noite. Com isso, tem um diagnóstico das necessidades da população e aos poucos vai atendendo as reivindicações. Mesmo sendo minoria na Câmara de Vereadores, consegue passar tudo que quer, já que tem aprovação de 70% da população. Eccel participa das reuniões do diretório partido e se submete às decisões partidárias no governo. Faço este destaque por ver na administração petista de Joinville ocorrer exatamente o contrário do que ocorre em Brusque.

PT sem patrões!

PEDIDA IMPUGNAÇÃO DA FILIAÇÃO DO PATRÃO IVO ROSSET (VALISIÉRE)

Reproduzimos abaixo trechos da carta enviada por Serge Goulart, candidato a presidente do PT pela chapa "Virar a Esquerda, Reatar com o socialismo!", à Executiva Nacional do PT

"Como filiado fundador do partido e candidato a presidente nacional do PT, dirijo-me à CEN do Partido dos Trabalhadores para impetrar recurso contra a filiação do empresário e patrão Ivo Rosset ao nosso partido. (...)

A presença de um grande empresário no interior do PT contraria os princípios do Partido dos Trabalhadores e é uma contradição com os inte-

resses históricos e imediatos da classe trabalhadora.

A Carta de Princípios do PT afirma: "Numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manter organizados à parte, para que lhes seja possível oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes."

Isto, evidentemente, significa que os trabalhadores devem se organizar em partido próprio em luta contra os capitalistas.

A Carta de Princípios é claríssima: "Repudiando toda forma de ma-

nipulação política das massas exploradas, incluindo, sobretudo as manipulações próprias do regime pré-64, o PT recusa-se a aceitar em seu interior, representantes das classes exploradoras. Vale dizer, o Partido dos Trabalhadores é um partido sem patrões!"

O Sr. Ivo Rosset é um dos proprietários do Grupo Rosset, um grupo empresarial responsável pela exploração de milhares de trabalhadores em nosso país. Sua presença é incompatível com os ideais fundadores de nosso partido.

Como chamar de companheiro um grande capitalista?

O que pensarão os petistas que trabalham nas indústrias Rosset?

Como se sentirão em relação ao PT

Pérolas dos debates:

Em Belém, a governadora Ana Júlia, da DS, declarou que "até não é contra essa coisa de re-estatização da Vale, mas o que importa é que a Vale construa uma siderúrgica no Pará". E defendeu o acordo com Jader Barbalho, do PMDB.

Em São Paulo, José Eduardo Dutra defendeu que todas as candidaturas estaduais estão submetidas às alianças nacionais e deixou claro que quem não se alinhar vai sofrer intervenção.

Pelo jeito, se Dutra e seus aliados tiverem maioria no DN PT vamos viver, na primavera de 2010, o "Festival Vladimir Palmeira", ou seja, repetição da trágica intervenção nacional no PT-RJ que destituiu Palmeira para apoiar Garotinho ao governo do estado.

Em Porto Alegre: Geraldo Magela (Movimento PT) provocou mal estar no plenário quando disse que, "hoje, depois do governo Lula, só passa fome no Brasil quem é ignorante ou mal-informado".

Iriny Lopes (Articulação de Esquerda) defendeu sua candidatura como "mulher e socialista" dizendo: "Vocês não sabem como é difícil para nós, mulheres, pedir dinheiro para um empresário. Se para vocês eles dão 30, para nós eles dão 3."

No RS, entenda quem puder, a AE e o CNB estão aliados, coligados, para eleger Marcel Frison como presidente estadual. Marcel é da AE e disputa com Raul Pont, da DS.

os trabalhadores do chão de fábrica das indústrias do grupo Rosset, que têm sua força de trabalho explorada por Ivo Rosset e sua família?

"O PT não pretende criar um organismo político qualquer. O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem." (Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores, 1º de Maio de 1979)".

**Serge Goulart - 190
13 de outubro de 2009**

Congresso organiza estudantes em Joinville

No dia 24 de novembro, na escola Presidente Médici em Joinville/SC, foi realizado o 14º Congresso da UJES

João Diego Leite

diegopunk_ot@yahoo.com.br

Reunindo estudantes das principais escolas de Joinville (Tufi Dippe, Presidente Médici, Paulo Medeiros, Juracy Brosing e João Rocha) o Congresso da União Joinvillense dos Estudantes Secundaristas (UJES) reafirmou seu compromisso de luta pela escola pública, gratuita, e de qualidade e pelo socialismo.

O Congresso discutiu a pressão que vem sendo feita pelas direções

das escolas para organizar grêmios que, segundo os estudantes, sirvam para cobrar as taxas, pintar a escola ou reformá-la, ou até para dar aula de reforço no lugar dos professores. “Isso é um absurdo!”, afirmou Mayara Colzani (Presidenta do Grêmio Paulo Medeiros), “querem transformar os grêmios em centros cívicos. Despolitizados e sem nenhum compromisso de luta”.

A UJES definiu sua concepção de Grêmio como um Sindicato de Estudantes. Isso significa que seus projetos

são voltados à conscientização, organização e a mobilização. “Devemos mostrar a todo o estudante que a única saída é a organização e a luta”, afirma Johannes Halter (Presidente do Grêmio do Medici). Para ele, não podemos pagar taxas, nem arrecadar dinheiro para escola, “isso significa deixar o governo agir livremente dando nosso dinheiro aos bancos”.

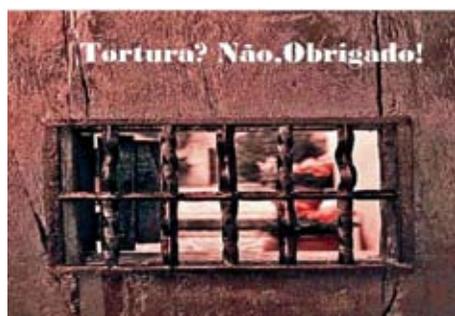
O Congresso elegeu a nova diretoria e aprovou uma moção contra a guerra e contra o golpe de Honduras. Segundo Iago Paqui (Presidente eleito da UJES),



Plenário do 14º Congresso da UJES

“a UJES é um organização que defende o direito de cada povo escolher seu futuro. Não podemos concordar com o golpe de Honduras e nem com a guerra no Haiti.”

Entidades repudiam tortura nas prisões de SC



MNDH*

cynthiapintodaluz@terra.com.br

O Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH, o Conselho Carcerário de Joinville – SC, o Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Bráz de Joinville – SC, a Pastoral Carcerária de Joinville – SC e a Comissão de Direitos Humanos da OAB Subseção de Joinville – SC vêm a público convocar autoridades, parlamentares, entidades, movimentos sociais, órgãos e representantes da sociedade civil a se manifestarem contra os atos de tortura praticados por agentes prisionais na Penitenciária de São Pedro de Alcântara e no Presídio Regional de Tijucas, no estado de Santa Catarina, comprovados pelas imagens veiculadas nacionalmente pela TV Globo no dia primeiro de novembro e por toda a mídia estadual e nacional.

Presos foram barbaramente torturados, seviciados, espancados por agentes prisionais, na presença do gerente do De-

partamento de Administração Prisional da Secretaria de Estado de Justiça, Hudson Queiróz nestas unidades prisionais.

Não há dúvidas sobre o uso da tortura por servidores públicos, nem mesmo sobre a convivência da Secretaria de Estado com esta prática hedionda. Na verdade, a tortura é recorrente nas unidades prisionais do estado, sendo constantemente denunciada pelas entidades de defesa de direitos humanos e ignoradas pelo Governo de Estado, que prefere a impunidade e a omissão.

É inaceitável a atitude do Governador do Estado, Luis Henrique da Silveira, que afastou apenas um dos agentes prisionais torturadores e mantém no cargo o sr. Hudson Queiróz, ignorando sua presença exatamente nos locais e momento das agressões.

Estes fatos desnudam a orientação da política prisional no Estado, fundamentada na violação dos direitos dos presos, na repressão e na tortura cotidiana. Exemplo disso é a Penitenciária Industrial de Joinville que continua sendo administrada por pessoa condenada em primeira instância pelo crime de tortura.

As imagens assistidas em todo o país não se constituem fatos isolados, mas refletem a falência do sistema prisional no estado e a incapacidade e responsabilidade de seus gestores – Governador Luiz Henrique da Silveira, Secretário da Justiça Justiniano Pedroso e gerente de

administração prisional Hudson Queiróz – de implementarem uma política fundamentada no respeito aos direitos humanos e na legislação nacional e internacional vigentes (Convenção da Organização das Nações Unidas Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes - Art. 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos - Art. 5º, III, da Constituição Federal - Lei n. 9.455/97, Lei da Tortura – Lei 7.210/84, Lei de Execução Penal).

Exigimos medidas imediatas no sentido de punir os responsáveis e eliminar a tortura do sistema prisional catarinense. A tortura é crime de lesa-humanidade, inafiançável e imprescritível e não podemos tolerar que imagens degradantes como estas se repitam em Santa Catarina ou em qualquer parte do Brasil.

Assim, os signatários exigem do Governo do Estado de Santa Catarina:

- O imediato afastamento do cargo de gerente da administração prisional do Sr. Hudson Queiróz, bem como seu afastamento de qualquer função pública, para responder à processo administrativo e criminal pelo crime de tortura;
- O imediato afastamento de todos os agentes prisionais do Sistema Penitenciário de Santa Catarina envolvidos nesse vergonhoso epi-

sódio, para que respondam a processo administrativo e criminal por crime de tortura;

c) A informação pública dos nomes dos servidores envolvidos na prática de tortura nos eventos acontecidos na Penitenciária de São Pedro de Alcântara e no Presídio Regional de Tijucas;

d) A inquirição dos srs. Administradores da Penitenciária de São Pedro de Alcântara e do Presídio Regional de Tijucas sobre os fatos e a prática de tortura acontecida nas unidades que gerenciam.

e) Divulgação permanente, ampla e transparente do curso dos processos criminais e administrativos, já que nenhum requisito sustenta o sigilo, sendo medida necessária para o exercício do controle social.

As imagens de tortura em de Santa Catarina ofendem e humilham todos os brasileiros. O Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Protocolo da Organização das Nações Unidas contra a Tortura e certamente responderá por isso internacionalmente.

Brasília - DF/Joinville - SC,
4 de novembro de 2009

* MNDH - Movimento Nacional dos Direitos Humanos

Governo Serra cobra taxas nas escolas e impede a mobilização estudantil

O governo do PSDB e seus aliados têm organizado uma verdadeira jornada contra a livre organização do movimento estudantil nas escolas estaduais, além de permitir a ilegal cobrança de taxas



Fábio Ramirez

fabioramirez.com@gmail.com

A direita não perde tempo: utiliza-se de todos os mecanismos para impedir que os trabalhadores e a juventude lutem por melhor qualidade de vida, por mais educação, saúde e trabalho. O governador do Estado de São Paulo, José Serra (PSDB), nobre representante dessa linhagem, cumpre a regra e ataca a educação pública e gratuita bem como os jovens.

A Secretaria de Educação do Estado de SP (Paulo Renato), tucano da era FHC, tem orientado as diretorias e os coordenadores a impedirem a livre organização dos estudantes. Disfarçando-se atrás de uma fachada democrática, a Secretaria de Educação tem orientado aos diretores que eles mesmos, através da administração da escola, montem o grêmio estudantil, escolhendo os seus membros e o que eles podem ou não fazer, e desta forma impedir que o movimento estudantil (ME) se organize por si só.

O Grêmio formado pela direção da escola tem um claro objetivo: se tornar o braço da administração no meio dos estudantes. Dessa forma os diretores montam o grêmio explicando para os alunos que a função da entidade é ajudar a escola a funcionar organizando os estudantes em mutirões para a manutenção, limpeza, e pintura da escola. Além de colaborar com a boa relação entre os estudantes, direção da escola, e governo. Uma santa aliança!

Na verdade o papel do grêmio, na concepção do ME, é a o de grêmio livre. Esse

termo remete-se ao período da ditadura militar, quando os militares se utilizavam dos grêmios como centros cívicos, que tinham o objetivo de controlar os estudantes e evitar que eles exercessem qualquer atividade política, principalmente de caráter democrático contra a ditadura.

Desde essa época as direções estudantis conciliadoras aceitavam os grêmios institucionizados e controlados. Contra essa concepção muitos jovens combateram os grêmios “chapa brancas” e organizaram a luta pela construção de grêmios livres, ligados aos interesses dos estudantes, independentes dos governos, organizando a luta pelos direitos e contra a ditadura. Com essa luta o ME reconstruiu poderosas entidades, como a UNE e a UBES, impôs aos governos que parcialmente atendessem muitas reivindicações estudantis, garantindo em lei uma organização, que se não é ideal, pode ser utilizada contra aqueles que defendem os grêmios atrelados. Diz a Lei:

Art. 1º – Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino fica assegurada a organização de grêmios estudantis como atividades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educativas, culturais, cívicas, desportivas, sociais.

Parágrafo 2º – A organização, o funcionamento e as atividades dos grêmios serão estabelecidas nos seus estatutos, aprovados em assembleia geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino, convocada para esse fim.

Parágrafo 3º – A aprovação dos estatutos e a escolha dos dirigentes e representantes do grêmio estudantil serão realizados por voto direto e secreto de cada estudante, observando-se no que couber, as normas da legislação eleitoral. (Lei Nº 7.398, de 04 de novembro de 1985)

O ME tem o direito, por Lei, de se organizar livremente nas escolas sem in-

terferência da diretoria. E quem rege o que ele deve ou não fazer são os estudantes. Mas o governo Serra ignora tudo isso, fato que ficou ainda mais evidente durante o processo de eleição de delegados para o Congresso da UBES, onde as diretorias impediram os estudantes de se organizarem em muitas escolas, ficando claro que se trata de uma orientação desse governo. Em algumas escolas nem mesmo é permitido a entrada de diretores das UMES e das UBES, o grêmio só pode ter reunião se antes pedir permissão para a diretoria! Fascismo mais descarado!



O secretário da Educação, aplicando a política de privatização do governo Serra, combate a organização dos estudantes



Além dessa política de combate à organização dos estudantes, o governo de SP dá passos rumo à privatização da escola pública permitindo a cobrança de taxas. Em várias escolas do estado de São Paulo os alunos tem sido obrigados a pagar uma taxa de cerca de R\$ 2,00 por prova, isso se quiser receber os testes, ou avaliações “xerocadas”. Se não pagar, ele é obrigado a copiar do quadro negro ou fica sem o direito de fazer a avaliação. Fato semelhante vem ocorrendo na exigência da compra do uniforme escolar, comercializado nas escolas por empresas por empresas particulares. O jornal “Folha de São Paulo” explica que na Escola São Paulo (considerado escola modelo)

“a avó de uma aluna transferida para o colégio no segundo semestre relata que comprou as roupas da escola em agosto, por R\$ 134,00 o conjunto (calça, blusão e camiseta). “Sem uniforme, me disseram



Serra ataca a educação e os grêmios livres

que ela não poderia frequentar [as aulas].” (FSP 22/10/09)

Mas a lei estadual (Lei Nº 3.913, de 14 de novembro de 1983) proíbe qualquer tipo de cobrança, veja:

Artigo 1º – Aos estabelecimentos oficiais de ensino do Estado fica proibido:

- I – cobrar taxa de matrícula;
- II – exigir contribuição pecuniária para a Merenda Escolar;
- III – locar dependências do prédio, no todo ou em parte;
- IV – cobrar material destinado a provas e exames; 1ª via de documentos, para fins de transferência, de certificados ou diplomas de conclusão de cursos e de outros documentos relativos à vida escolar;
- V – instituir o uso obrigatório de uniforme;
- VI – vetado
- VII – exigir qualquer outra forma de contribuição em dinheiro.

O secretário da Educação, aplicando a política de privatização do governo Serra, combate a organização dos estudantes e procura, tal qual a ditadura dos anos 70/80, tentar impedir o avanço do ME, que se organizado desde a base, de maneira livre e independente pode, não só ameaçar sua ditadura nas escolas, bem como o conjunto da política tucana.

É preciso avançar! É por isso que os camaradas da Juventude Revolução lançaram o manifesto “Sindicato de Estudantes” que trabalha na formação de grêmios com a concepção de entidades estudantis como sindicatos livres, que lutem por uma educação de qualidade, 100% pública e para todos. Entre em contato com a JR e veja como organizar a luta na sua escola: (contato@revolucao.org - www.revolucao.org)

PSUV Venezuelano realizará seu Congresso

Wanderci Bueno

wanderci.bueno@gmail.com

Uma vez mais: classe contra classe, burguesia x proletariado, operários x patrões. O cenário que está sendo desenhado pela luta de classes na Venezuela aponta para a necessidade da classe operária centrar seus esforços na construção do PSUV enquanto um partido sem patrões e sem burocratas.



A batalha da Corrente Marxista Revolucionária nesse Congresso é por um partido sem burocratas e sem patrões



Hoje o PSUV tem em sua base mais de 7 milhões de filiados, mas a construção de um partido revolucionário não passa

sómente por seu crescimento numérico. Depois da advertência dada pelas massas, quando da derrota do referendo pelo sim na reforma constitucional, e depois com a aprovação da emenda que autoriza o povo a eleger um presidente quantas vezes quiser, Chávez e o movimento de massas deram passos significativos na direção da construção do socialismo, mas o central do estado venezuelano permanece sob controle capitalista e funcionando nos moldes da obtenção da mais valia e do lucro.

O PSUV segue sem conseguir, apesar de sua juventude, quase 4 anos, centralizar o movimento sindical e ao mesmo tempo está dominado em sua direção por vários burocratas “rojos rojitos” que em muitos setores operários são conhecidos como os novos burgueses (ou boliburgueses), na verdade, dirigentes de empresas estatais e homens que se dizem do governo, socialistas, mas acumulam riquezas obtidas muitas vezes até com a corrupção.



Congresso de fundação do “Partido Socialista Unido de Venezuela” - PSUV

Chávez prometeu se livrar dos burocratas e está nacionalizando várias empresas. Deu enorme passo adiante com a nacionalização do Banco Santander e da SIDOR, mas até agora o PSUV não levou a batalha para se livrar dos burocratas e dos patrões que se abrigam no PSUV travestidos de modernos socialistas do século XXI.

A batalha da Corrente Marxista Revolucionária nesse Congresso é por um partido sem burocratas e sem patrões, pela

ocupação de fábricas e nacionalização de todo capital financeiro, monopólio do comércio exterior e reforma agrária, pela construção de uma UNT – União Nacional de Trabalhadores- ligada à base e que avance em direção à revolução.

No momento em que escrevemos esse artigo os companheiros da VIXEX, INAF, Gotcha e outras fábricas ocupadas se dirigem a Chávez para que este as nacionalize. Esta luta também deve ser assumida pelo PSUV.

Campanha financeira da Esquerda Marxista

Adquira o livro “Reformismo ou Revolução” de Alan Woods: Um instrumento para a defesa do genuíno marxismo



Lançamento do livro *Reformismo ou Revolução* na Livraria Marxista

Alex Minoru

alexminoru@yahoo.com.br

No dia 22 de outubro, na Livraria Marxista, a livraria da esquerda em São Paulo, foi lançado o livro *Reformismo ou Revolução* de Alan Woods. Presentes no evento estavam militantes de diferentes origens interessados em co-

nhecer e discutir esse novo lançamento da Editora Marxista.

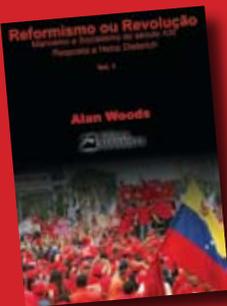
Num clima descontraído, a apresentação do livro ficou a cargo do camarada Serge Goulart, ele explicou que essas idéias apresentadas como novas por Heinz Dieterich (intelectual alemão que se auto-intitula o mentor do socialismo do século XXI, influente nos rumos da

revolução venezuelana, e que Alan se dedica a rebater no livro) são na verdade uma repetição das velhas idéias reformistas que nada servem à luta dos trabalhadores por sua emancipação. Um ponto ressaltado por Serge é o bom humor presente nas páginas da obra, um componente que certamente torna a leitura bastante atraente para todos.

A Esquerda Marxista mantém-se fiel às tradições de arrecadação financeira do movimento operário. Entendemos que a independência financeira é condição para a independência política. Somente uma organização financiada pelos trabalhadores pode servir à luta dos trabalhadores. Vimos exemplos históricos do trágico caminho percorrido por diversas organizações operárias que, ao basear sua arrecadação nas contribuições de grandes empresas e do Estado burguês, tornaram-se submissas aos interesses do capitalismo.

O livro *Reformismo ou Revolução*, além de ser um valioso instrumento para

defender as idéias do verdadeiro marxismo, é também um instrumento de arrecadação financeira da Esquerda Marxista, organização que luta pelo socialismo no Brasil e no mundo.



**ADQUIRA
SEU LIVRO
COM NOSSOS
MILITANTES**

**compre pela internet:
www.livrariamarxista.com.br**

Visite nossa livraria:
fone: (11) 3104-0111
Rua Tabatinguera, 318, Sé - São Paulo

Revolução Chinesa: 60 anos

Caio Dezorzi

caiodezorzi@yahoo.com.br

A primeira revolução chinesa que transcorreu entre 1925 e 1927, depois da grande revolução Russa, foi o maior acontecimento histórico realizado pelos proletários. Nesse período uma verdadeira revolução proletária ocorreu nesse vasto território asiático. No entanto Stalin e Bukarin, a conduziram para a derrota, sob a orientação de que o Partido Comunista deveria estabelecer uma aliança com a burguesia nacional e para isso deveria se dissolver no interior do Kuomintang com Chiang Kai-shek, o supremo dirigente da burguesia chinesa. Chiang foi inclusive convidado por Stalin para ser membro no Comitê Executivo da Internacional Comunista.

Com isso a grande revolução de 1925/1927 acabou massacrada pelas tropas de Chiang Kai-shek e o PCC foi praticamente destruído, tendo vários de seus dirigentes e milhares de trabalhadores assassinados pelas tropas do governo do Kuomintang.

Tempos depois, em 1949, a fome

alastrava-se no império de Chiang. A questão da terra não havia sido resolvida pela burguesia nacionalista que continuava massacrando a classe operária, e esta jamais esquecerá o verdadeiro massacre que sofrera em 1927.



Stalin e Bukarin, a conduziram para a derrota, sob a orientação de que o Partido Comunista deveria estabelecer uma aliança com a burguesia nacional



Com a invasão da Manchúria pelas tropas do imperialismo japonês em 1931, o PCC alinha-se à burguesia nacional chinesa, em defesa da pátria, contruindo com Mao uma frente de resistência que acabou sendo pulverizada com a explosão da Segunda Grande Guerra Mundial. O Exército de Libertação Nacional chocava-se com os japoneses e com as tropas de Chiang que exigira em 1940 a dissolução ou evacuação das tropas vermelhas em

várias regiões da China. Explode a Frente Ampla realizada entre Chiang e Mao.

Em 1945 a questão agrária, a fome e a miséria nas grandes cidades, a profunda penúria no campo, indicava para as massas a incapacidade da burguesia nacional em atender as reivindicações, e mais que isso, o Exército Vermelho Russo esmagava os japoneses na Manchúria e os EUA temiam que os Vermelhos marchassem para a China onde Chiang, amedrontado e acuado pelos camponeses e operários armados, revelava-se incapaz de defender-se dos japoneses. Os EUA aproveitando-se da derrota dos japoneses na Manchúria e ao mesmo tempo temendo o avanço das tropas Vermelhas, apavoram-se e lançam as bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki. Era muito para o imperialismo aceitar calado e sem ação a ocupação Vermelha na Mongólia, Coréia do Norte e várias ilhas ao sul. Terminava a Guerra e começava uma nova batalha.

As tropas japonesas foram obrigadas a renderem-se ao Kuomintang e não ao Exército Vermelho. Truman, presidente dos EUA disse em suas memórias:

“Para nós, era perfeitamente cla-

ro que, se os japoneses estavam entregando suas armas, ...todo o país seria ocupado pelos comunistas. Portanto, os EUA deram um passo incomum: usar o inimigo como uma guarnição até que pudessemos enviar ajuda para as tropas nacionalistas chinesas ao sul da China e enviar fuzileiros para proteger contra os vermelhos.”

Com o país dilacerado pela guerra, estabelece-se um verdadeiro vazio de poder. As tropas do Exército de Libertação comandadas por Mao se reforçam na Manchúria, com a anuência de Stalin. Em novembro de 1945 Stalin gira e faz acordo com os EUA, deixando o interior controlado pelo PCC e o Kuomintang ocupa as cidades ao norte da China.

Moscou queria manter seus compromissos com Chiang e obriga Mao a pedir um governo de coalizão. Mas o agravamento da situação das massas acelera a explosão da guerra civil que se inicia em julho de 1946. Começava a desmoronar a burguesia nacional e a preparar-se o longo período até 1949.

-> Continua na edição 26 <-

Honduras: pausa e novo momento nas lutas

Wanderci Bueno

wanderci.bueno@gmail.com

No momento as lutas em Honduras parecem tomar outro rumo. As grandes manifestações de massas, por ora cessaram. A revolução seguirá por outros caminhos?

Dizíamos na edição passada (JLC 25) que estava em curso a tentativa de que Micheletti e Zelaya construíssem o caminho da coalizão e que isso poderia refrear as mobilizações.

O cansaço das massas, depois de mais de quatro meses em luta, a confusão disseminada por Zelaya que aceitou o quadro das negociações, a ausência de um partido operário e até mesmo as oscilações da Frente Nacional de Resistencia, mas principalmente a dura repressão das tropas da ditadura Micheletti, em

purra agora a luta para outro terreno.

O balanço certamente será feito e as massas voltarão ao combate, pois nada foi resolvido.

Zelaya segue na embaixada brasileira. As negociações avançaram no dia 30 de outubro, em direção a que Zelaya possa voltar, mas sem ser reempossado como presidente. Esperará a decisão do Congresso e da Suprema Corte, que podem ou não autorizá-lo a se candidatar nas eleições de 29 de novembro. De fato Zelaya traiu as massas ao aceitar a linha da coalizão.

Dizíamos inclusive que o futuro do movimento, em certo sentido dependeria da atitude de Zelaya. As massas tem ilusões nesse oligarca e agora setores se frustrarão. Outros avançarão e com ele romperão. Alguns dirigentes e trabalhadores mais radicalizados, desde a Frente de Resistencia, começam a buscar cami-

nhos perigosos e apontam a guerrilha como alternativa para derrubar a ditadura e avançar ao socialismo.

Falam em ir para as montanhas e iniciar uma campanha armada. Isso pode ser um desastre para a revolução, pois apartará a vanguarda da base. Tudo agora depende da possibilidade e necessidade de agrupar toda a parcela avançada, e a partir daí organizar o boicote eleitoral, estruturar a auto-organização de todo o povo e abrindo o combate por uma organização marxista, colocar a questão do partido operário.

A primeira onda passou avassaladora. A vanguarda e as massas aprenderam a confiar nelas mesmas. Mas ainda Zelaya exerce grande influência.

A Frente não pode continuar vacilando entre a negociação e o radicalismo guerrilheiro. Sua primeira tarefa deve ser a de fazer um sério balanço, e a partir daí

organizar uma campanha de massas pelo boicote às eleições de 29 de novembro.

Nenhuma negociação com Micheletti. Zelaya deve romper com os golpistas.

Isso preservará as forças da revolução unidas e permitirá que em um segundo momento a Frente volte a organizar marchas massivas que podem evoluir para a Greve Geral, ou vice versa.

A situação revolucionária continua. Nada está resolvido. As massas respiram, descansam, e mais adiante, recompondo os músculos desgastados por mais de 125 dias de escaramuças, voltarão ao combate pelas reivindicações.

As massas estão mais fortalecidas com o grande aprendizado obtido nas recentes batalhas. Sentiram e viram até onde poderia ir a burguesia oligarca nacional à qual Zelaya pertence.

O direito e a luta de classes

Alexandre Mandl*

alexandremandl@yahoo.com.br

Em vários debates e ações, verificamos que os sindicatos e movimentos sociais fazem um “giro” ao Judiciário para atender suas demandas, deixando de lado, as ações políticas e de mobilização. Tal “giro” é preocupante, pois representa, muitas vezes, a institucionalização da luta, submetendo-se aos marcos legais burgueses.

“A presença da ideologia jurídica no meio operário e socialista é o índice mais expressivo dos limites e dificuldades em se romper com as representações e práticas burguesas da política, a ponto de o socialismo se confundir com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão.”!

De fato, esta inquietação do professor Márcio Naves é pertinente. Mas para

resolvê-la é fundamental que a base teórica de Marx e Engels seja reafirmada no enfrentamento com o “socialismo jurídico” e com as medidas reformistas defendidas por diversos setores da “esquerda” e dos movimentos populares, que estão submissos à “ideologia jurídica” burguesa.

Importante frisar que esse fenômeno nos remete ao período no qual Marx e Engels insurgiram-se contra as representações então dominantes no meio operário e popular com o objetivo de compreender o processo efetivo de luta social e abrir a perspectiva para o comunismo. Marx e Engels demonstraram por meio da análise do modo de produção capitalista as raízes da ideologia jurídica burguesa e do socialismo jurídico, apontando seus limites e perversidades no processo de construção para se alcançar o comunismo.

Portanto, ao estabelecer a determinação material do fenômeno jurídico, a teoria desenvolvida por Marx e Engels abre, por um lado, a possibilidade de seu conhecimento efetivo, e, por outro, a possibilidade de livrar o movimento operário do domínio da ideologia jurídica. Isso significa fundar a luta dos trabalhadores em bases inteiramente novas, rompendo com a legalidade burguesa. Dessa forma, assim como feito naquele período,



Marx e Engels demonstraram por meio da análise do modo de produção capitalista as raízes da ideologia jurídica burguesa e do socialismo jurídico, apontando seus limites e perversidades



é necessário que se realize uma contraposição à “ideologia jurídica” burguesa e do socialismo jurídico, combatendo os diversos setores da “esquerda” e dos movimentos populares que se desviam do objetivo estratégico da classe operária e da superação da sociedade capitalista.

Para que surtisse a sociedade burguesa foi preciso que ocorresse um processo de expropriação do trabalhador direto, e que esse trabalhador se constituisse como homem livre, num duplo sentido; por um lado, livre das condições da produção, especialmente dos instrumentos do trabalho e, por outro lado, livre no sentido de que ele pudesse dispor de si mesmo vendendo a sua força de trabalho. Assim foi possível o surgimento da relação de capital, que vinculou em uma unidade contraditória, o proprietário das condições da produção e o proprietário da força de trabalho por meio de um ato de vontade e não por meio da violência direta.

Desta forma, foi fundamental realizar o vínculo entre a emergência da relação de capital e as categorias da liberdade e da igualdade. É somente em um momento preciso da história, sob uma estrita determinação social, exata-

mente quando as relações de produção capitalistas foram se constituindo, foi que a liberdade e a igualdade aparecessem como se fossem inerentes à própria natureza do homem.

A emergência das categorias da liberdade e da igualdade fez com que o homem se transformasse em um sujeito de direito; o homem – qualquer homem – passou a ser dotado da mesma capacidade jurídica, podendo realizar atos jurídicos, celebrar contratos. Uma vez investido de personalidade, o homem, agora sujeito de direito, pode vender seus atributos, seus predicados, de tal sorte que podemos dizer que a liberdade do homem é o seu livre consentimento: o momento mais elevado de realização da liberdade é o momento em que o homem manifesta a sua vontade de dispor de si mesmo por tempo determinado através de uma troca de equivalentes.

Aqui já podemos perceber a importância decisiva que isso tem para a constituição e reprodução contínua do capitalismo; o capitalismo exige a presença do homem livre, que possa vender a sua força de trabalho, porque ele se funda numa relação de assalariamento e não na coerção direta sobre o trabalhador. Quando o trabalhador celebra o contrato com o capitalista não é possível perceber aí qualquer desigualdade na relação entre esses agentes, pois, aparentemente, o trabalhador recebe pelo trabalho despendido um equivalente – o “justo salário”. Não há, portanto, aparentemente, nenhuma exploração e nenhuma dominação entre os agentes envolvidos na troca.

Como marxistas, devemos compreender a essencialidade da formação do sujeito de direitos e do contrato de trabalho para o desenvolvimento do capital. O direito, como outrora do Estado burguês, busca conter o ímpeto revolucionário da classe proletária. Dessa forma, para superar a “ideologia jurídica” burguesa em particular, há que superá-la em geral toda ideologia, e romper com os limites do “reformismo jurídico” em particular e em geral com todo o reformismo.

* Alexandre Mandl é Advogado da Fábrica Ocupada Flaskô



Adeus, Stalin!

OS 20 ANOS DA QUEDA DO MURO DE BERLIM NUMA PERSPECTIVA MARXISTA



Queda do muro de Berlim simbolizava a derrubada da burocracia stalinista

Fabiano Stoiev

fabianostoiev@brturbo.com.br

Dia 9 de novembro de 1989. Uma multidão se concentra em um posto de controle do Muro de Berlim. Às 23 h, o chefe do posto dá a ordem esperada: “abram tudo”. Milhares de alemães cruzam o Muro, e com marretas improvisadas, arrebentam o concreto. A burguesia e seus porta-vozes procuram capitalizar as imagens, anunciando, triunfantes, o Fim do Socialismo e, até mesmo, o Fim da História. Mesmo intelectuais “de esquerda” colaboram com essa leitura dos acontecimentos. Eric Hobsbawn, em seu livro “*A Era dos Extremos*” (1994), parece lamentar o fracasso do que chama de “socialismo real” com um tom nostálgico.

Mas o registro pessimista desse livro contrasta com a vivacidade de uma obra prima anterior: “*A Revolução Traída*” (1936), escrita por Leon Trotsky, um dos líderes da Revolução Russa de 1917. O que separa as duas obras é a maneira com que mobilizam a teoria marxista para analisar o regime social que se estabeleceu após a Revolução Russa. Hobsbawn, mesmo requeitando as denúncias dos crimes cometidos por Stálin, não abre mão de sua herança. Os regimes políticos que surgiram no Leste Europeu foram o “socialismo realmen-

te existente”, e a burocracia, seu desenvolvimento lógico e necessário. Mesmo quando acerta, Hobsbawn não pode ser acusado de originalidade. Suas melhores conclusões foram antecipadas em 48 anos por Trotsky.

O que caiu com o Muro não foi o socialismo. Foi o stalinismo, que entregou as conquistas da Revolução de Outubro para a rapina dos capitalistas, conforme os marxistas já haviam alertado

A REVOLUÇÃO TRAÍDA

Expulso da URSS por Stálin em 1928, Trotsky maneja a dialética marxista com maestria e sutileza. Em “*A Revolução Traída*”, a URSS não é apresentada como o “socialismo real”. Era uma sociedade intermediária, entre o capitalismo e o socialismo. Isso porque não basta a propriedade estatal dos meios de produção para caracterizar uma sociedade como “socialista”. É preciso que o próprio Estado caminhe para seu desaparecimento, substituído por uma autêntica democracia operária. O con-

trário do que aconteceu na URSS, com seu aparelho estatal hiperdesenvolvido. Porque isso aconteceu?

A Revolução expropriou a burguesia, mas precisou desenvolver desesperadamente as forças produtivas russas, arrasadas pela guerra civil de 1918-1921. E por isso, se viu obrigada a fazer concessões à economia de mercado, reintroduzindo relações capitalistas e fortalecendo o desenvolvimento de diferenciações sociais. A burocracia, tirando partido da debilidade da classe operária russa após anos de guerra, procura reforçar o aparelho estatal, não para suprimir, mas para garantir seus privilégios. Trotsky percebeu no fortalecimento da burocracia um desenvolvimento dialético. A burocracia não era a continuidade da revolução. Era expressão da contrarrevolução - e que encontrou em Stálin, o líder inescrupuloso que precisava. A Revolução fora traída.

Trotsky revela a contradição fundamental presente na sociedade soviética:

“Duas tendências opostas crescem no seio do regime: desenvolvendo as forças produtivas (...) são criados os fundamentos econômicos do socialismo; e levando ao extremo, (...) as normas burguesas de repartição, prepara uma restauração capitalista. A contradição entre as formas de propriedade e as normas de repartição não podem crescer indefinidamente. Ou as normas burguesas se estenderão, de uma ou outra maneira, aos meios de produção, ou as normas socialistas terão de ser concedidas à propriedade socialista”.

A solução a favor do socialismo passaria por uma revolução política na Rússia, com a classe operária derrotando a burocracia. Por outro lado, “a queda da ditadura burocrática atual”, explica Trotsky,

“sem a sua substituição por um novo poder socialista, anunciaria o retorno ao sistema capitalista com uma baixa catastrófica da economia e da cultura”.

Essa última hipótese é que acabou prevalecendo.

A HISTÓRIA CONTINUA

A grande maioria dos manifestantes da Alemanha Oriental que se aglomerava em frente ao posto de controle em 1989 não estava interessada em “economia de mercado”. Expressava suas reivindicações em termos da manutenção das conquistas sociais da Revolução, como pleno emprego e seguridade social, apenas com maior liberdade política. Mas depois de décadas sob o peso do totalitarismo burocrático a esmagar sua consciência, uma orientação revolucionária na linha traçada por Trotsky era uma impossibilidade.

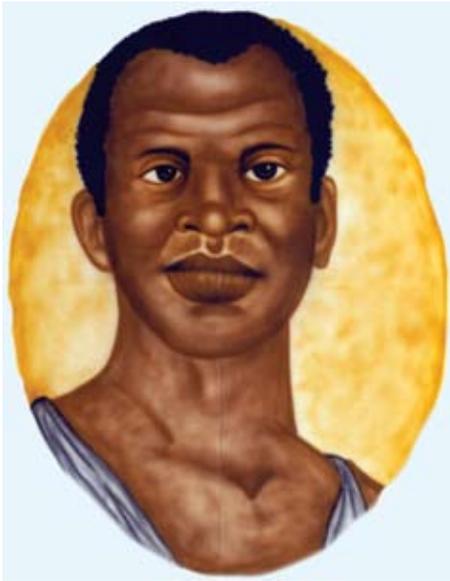
A Alemanha, 20 anos depois, é exemplo de que as promessas de uma nova ordem mundial se desmancharam no ar. Fábricas da Alemanha Oriental ou foram privatizadas, ou foram fechadas. Especuladores fizeram dinheiro com o endividamento e consumo das famílias. O desemprego chegou a atingir 30% da força de trabalho, de um ano para outro. Não é a toa que hoje “O Capital”, de Marx, volta a despertar interesse na Alemanha, como em todo mundo.

O que caiu com o Muro não foi o socialismo. Foi o stalinismo, que entregou as conquistas da Revolução de Outubro para a rapina dos capitalistas, conforme os marxistas já haviam alertado. Hoje, 20 anos depois, é o capitalismo que perde sua arrogância e se encontra na berlinda. Por mais que os ideólogos de direita e da “esquerda arrependida” queiram ignorar, a História (como a luta de classes) continua.



Churchill, Roosevelt e Stalin: a partilha do mundo para evitar a revolução

20/11, história de luta contra a opressão



Zumbi foi assassinado por bandeiranes

José Carlos Miranda*
miranda@mns.org.br

Há mais de 300 anos era assassinado o líder da resistência contra a opressão colonial, Zumbi dos Palmares. O Quilombo dos Palmares foi a realização possível de um pólo de resistência contra a opressão da escravidão e do sistema colonial português e resistiu por mais de cem anos na Serra da Barriga

(atual estado de Alagoas). Ali se instalaram milhares de escravos, e apesar destes serem maioria, no quilombo também abrigava índios e brancos. Como diria a estrofe de um antigo samba enredo da escola de samba Nenê de Vila Matilde de São Paulo: “O negro se uniu ao índio e ao branco pobre, eram três povos a sorrir, era um Brasil mais nobre”.

O quilombo praticamente constituiu-se em estado à parte e resistiu por tanto tempo devido a dois fatores: a localização era de difícil acesso e o sistema de defesa muito bem organizado, além do comércio que se formou do quilombo com as cidades próximas.

Houve várias expedições que tentaram a destruição de Palmares, sem sucesso. Uma expedição, chefiada por Domingos Jorge Velho, um experiente bandeirante, reuniu mais dez mil soldados fortemente armados e derrotou Palmares. No dia 20 de novembro, finalmente aprisionaram e executaram Zumbi. Depois de décadas, finalmente destruíram o maior Quilombo constituído no Brasil.

Toda esta saga de luta por liberdade e contra a opressão e o papel que teve Zumbi, devem ser lembrados e resgatados. As elites dominantes desde aquela época

trataram de “apagar” da história oficial a bravura e a coragem do povo explorado e oprimido contra a opressão e pela liberdade. Muitas outras revoltas e resistências aconteceram: a Cabanagem, a Balaiada, a Farroupilha, a revolta dos Malês, Canudos, a Inconfidência Mineira, a luta pela Abolição, a Revolta da Chibata, etc.



20 de novembro deve ser comemorado como um dia de luta do povo explorado e oprimido e de unidade de todos, independentemente da cor da pele, na luta por igualdade



Porém a história oficial só “relembra” a Inconfidência, uma rebelião que não teve adesão popular.

Não é objetivo deste pequeno artigo fazer um balanço, nem mesmo contar a história das lutas populares brasileiras de mais

de 400 anos, mas lembrá-las para destruir o mito, imposto pela burguesia e pelos seus meios de propaganda, que o povo brasileiro não luta. Essas revoltas e lutas populares nos dão toda a justificativa para que a saga de Palmares seja lembrada, contada e transmitida às novas gerações.

Por tudo isso, 20 de novembro deve ser comemorado como um dia de luta do povo explorado e oprimido e de unidade de todos, independentemente da cor da pele, na luta por igualdade, por uma sociedade justa, fraterna e igualitária.

O Movimento Negro Socialista que está na linha de frente da luta contra o racismo, o racialismo, se coloca dentre os que homenageiam um dos grandes heróis de todo o povo brasileiro: Zumbi. Ao mesmo tempo, o MNS se coloca numa posição irreconciliável com aqueles que querem se utilizar do nome e da história de Palmares para reconstruir a história do Brasil e fomentar, independente da motivação, a divisão do povo trabalhador brasileiro como está expresso no Estatuto Racial e nas leis de Cotas Raciais.

* José Carlos Miranda é Coordenador Nacional do MNS e dirigente da Esquerda Marxista

Crônicas das Fábricas Ocupadas

Carlos Castro
castrodireito@yahoo.com.br

A TROPA DE ELITE DO COMBATE

Na luta pela manutenção dos empregos da Cipla, os operários do turno da noite se destacavam. Comentava-se que eles eram a tropa de elite do combate. Havia razões para isso, afinal, durante a greve de outubro de 2002, a adesão deles foi de 100%. Era o turno que mais exigia a solução dos problemas, cobrava duro nas assembleias do turno, porém era o que mais pegava firme nos enfrentamentos com a polícia.

Não me esqueço de um caso quando a Polícia Federal veio buscar uma máqui-

na importante da ferramentaria, vendida num leilão. No final da tarde, alguns agentes chegaram ao portão com caminhão muncke para retirá-la. Saí bufando da minha sala. Ao chegar na avenida Trotski (como chamávamos o corredor de entrada da fábrica), Chico Lessa (Coordenador Jurídico) me segura pelo braço e diz: “Se você for recebê-los deste jeito, eles vão te dar voz de prisão”, respondi impulsivamente: “Então que me prendam”. Chico me segurou ainda mais forte no braço e disparou com autoridade: “você não vai lá, deixa que eu vou. Fique na sala da Assistência Social e não saia de lá”. Como lhe tinha um profundo respeito, mesmo contrariado, me submeti. Mas não agüentei por muito tempo.

Quando o caminhão entrou no pátio da fábrica, eu saí da sala. Ao chegar à portaria, fui surpreendido com a informação de que Chico Lessa havia recebido voz de prisão. Chamei sua companheira, e também advogada, Cynthia da Luz para manobrar o Delegado Federal. De repente, um fato inusitado ocorre, o caminhão muncke estava se retirando sem a máquina. Havíamos orientado os eletricitistas para cortarem a luz. Veio a informação que um operário havia cortado as mangueiras do caminhão, impedindo a retirada da máquina. Como não havia luz, ninguém viu nada. Rimos bastante. Porém, outro caminhão chegou e a esta altura o povo do turno da noite já começava a aglomerar.

Às duas da manhã o caminhão saiu com a máquina. Foi aí que o delegado chamou Chico Lessa. Imediatamente os operários da noite (em torno de 100) se levantaram e vieram na direção do delegado. Este comenta: “Eu chamei o Chico Lessa e não vocês”. Vários operários respondem: “Aqui todo mundo é Chico Lessa. Se levar ele, vão ter que nos levar também”. O delegado olhou pro Lessa, mostrou as algemas no bolso da jaqueta e respondeu: “escapaste”, e foi embora. Em seguida alguns operários falaram pro Chico: “Tais devendo uma rodada pra nós e vamos cobrar”. Era esta a forma saudável e companheira que existia entre os operários e seus dirigentes. Jamais vou esquecer estes camaradas.

Convocado o 28º Congresso da Esquerda Marxista

De 29 a 31 de Janeiro de 2010 ocorrerá o 28º Congresso Nacional da Esquerda Marxista

Caio Dezorzi

caiodezorzi@yahoo.com.br

Militantes de todo o Brasil realizarão as plenárias de base em Dezembro para eleger os delegados ao 28º Congresso da Esquerda Marxista. É esperada a participação de militantes de todas as regiões do país. Também deverá estar presente uma delegação do Secretariado Internacional da CMI (Corrente Marxista Internacional), da qual a Esquerda Marxista é a seção brasileira.

Como de costume, o Congresso será precedido da Escola de Quadros anual, de uma semana de duração. Neste ano os quadros da Esquerda Marxista estudarão 3 temas centrais: A formação econômica do Brasil; A história do Trotskysmo no Brasil de 1929 a 1979; A intervenção dos trotskystas no PT de 1980 a 2010. A proposta é que este estudo resulte em uma publicação, para 2010, com “O Programa da Esquerda Marxista para a Revolução Brasileira”, que deverá apresentar uma plataforma política com as propostas da Esquerda Marxista para a classe trabalhadora brasileira.

Em 11 de Outubro, o Comitê Central da Esquerda Marxista aprovou um informe político que já foi publicado em Boletim para os militantes e começa a ser discutido em todas as células do país.



27º Congresso da Esquerda Marxista

A CRISE ECONÔMICA MUNDIAL CONTINUA

O informe político deixa claro que, para os marxistas, a crise ainda não acabou:

“Calcula-se que cerca de 15 trilhões de dólares foram despejados na economia pelos governos de todo o mundo para estancar a crise. Essa é sem dúvida a maior crise desde 1929, mas até o momento não se transformou em uma grande depressão como a de 29 e é possível que não se transforme. Isso se deve à ação do Estado e essa massiva injeção de capital que não ocorreu naquela crise para impedir fechamento de bancos e empresas. Isso possibilitou uma desaceleração na queda, em alguns países pequeno crescimento, mas imprimir dólares sem lastro, no caso dos EUA, traz a desvalorização da moeda e a inflação. Essas ações têm um limite, apenas empurram a crise mais pra frente, pois os Estados não podem fazer isso recorrentemente. Trilhões deixam de ser investidos em programas sociais. A educação e a saúde públicas sofrem cortes, as aposentadorias são atacadas. As medidas para trazer o equilíbrio econômico trazem consigo o desequilíbrio social e um déficit público gigantesco que levam países inteiros à falência. O endividamento dos Estados, em especial dos EUA, chegou a níveis nunca antes vistos. No Japão a dívida pública chega a 170% do PIB. O FMI projeta que a dívida pública dos 10 países mais ricos do mundo deve chegar a 106% do PIB em 2010 (em 2007 foi de 78%). Isso significa um aumento da dívida, em três anos, de mais de nove trilhões de dólares. É a receita para novas e maiores crises no futuro.”

O informe ainda faz uma análise da situação na América Latina que continua a ser varrida por um vento revolucionário tendo seu ponto mais elevado na Venezuela. Explica como o chicote da contra-revolução fez surgir em Honduras um movimento revolucionário e delimita o início da revolução no Irã. O informe do Comitê Central também deixa claro que hoje não há nem uma chance de ocorrer uma 3ª Guerra Mundial entre países imperialistas e que as guerras continuarão ocorrendo de maneira localizada.



Como de costume, o Congresso será precedido da Escola de Quadros anual, de uma semana de duração

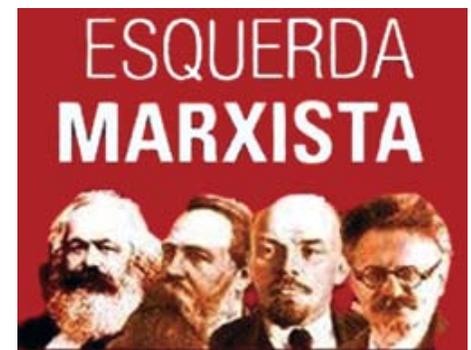


O BRASIL E NOSSAS PERSPECTIVAS

Na parte nacional do Informe o Comitê Central faz uma extensa análise da situação no Brasil de 2003 a 2009, do caráter do Governo Lula, do momento da crise econômica no Brasil, da situação no interior do PT, de nossa tática e da luta pela Frente Única.

O Comitê Central faz um balanço de nossa política aplicada desde o último Congresso (Jan/2008) e aponta a necessidade de corrigirmos um erro de apreciação que tem consequências práticas.

No 27º Congresso avaliamos que as massas já haviam feito toda a experiência com a democracia burguesa e que, portanto, haviam superado suas ilusões nas instituições burguesas. Mas erramos, pois não levamos em conta a força dos aparelhos no interior do movimento operário em alimentar as ilusões



das massas na democracia burguesa. Isso havia nos levado a concluir que a colocação da “Constituinte Soberana” estava superada. No informe o Comitê Central aponta para a correção deste erro pelo 28º Congresso.

No capítulo sobre o “Método de Construção” o informe reafirma nosso acerto em continuar nossa construção no Brasil como corrente interna do Partido dos Trabalhadores. E nosso sucesso na batalha do PED 2009 tem comprovado esse acerto.

Ainda serão publicadas nos próximos Boletins Internos propostas para serem discutidas no 28º Congresso sobre: Jornal, Juventude, Formação, Finanças, Trabalho Sindical, Fábricas Ocupadas, PED, Eleições 2010, Mandatos parlamentares e Movimento Negro.

As discussões estão apenas começando, mas já está bastante claro que este Congresso promete elevar o nível teórico e político do conjunto dos militantes da Esquerda Marxista e colocar nossa organização em um novo patamar para enfrentar os embates do próximo período.



Marcha da classe trabalhadora à Brasília

SÓ COM A UNIDADE E A LUTA DA CLASSE TRABALHADORA É QUE PODEREMOS ALCANÇAR OS NOSSOS OBJETIVOS

Severino Nascimento (Faustão)*
faustaope@gmail.com

Encabeçada pela CUT e demais centrais sindicais, no dia 11 de novembro, em Brasília, será realizada a 6ª Marcha da Classe Trabalhadora, em defesa da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem redução de salário.

Para tanto, a CUT convoca

“cada sindicato, cada federação e confederação cutistas para reunir o maior número possível de militantes para participar dessa já tradicional mobilização”.

O projeto das 40 horas semanais (PEC 231/95) está no Congresso e ainda não tem data para ser votado.

Na convocatória a CUT alerta que a

“CNI (Confederação Nacional da Indústria) e suas estaduais, como a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que são entidades sindicais dos patrões e que recebem imposto sindical e ainda têm uma série de vantagens com dinheiro público, estão contra a redução da jornada de trabalho sem redução de salários”.

Para enfrentar este posicionamento, a direção da CUT diz que

“a classe trabalhadora tem de ser protagonista sobre o Congresso Nacional”

e que além da ação política na Câmara e no Senado o

“nosso desafio é colocar milhares de trabalhadores e trabalhadoras nas ruas de Brasília no dia 11 de novembro”.

Sim, já sabemos que os patrões se mobilizarão para derrubar nossos direitos. É por isso mesmo que não podemos restringir nossas ações apenas à realização de marchas. Não podemos, simplesmente, fazer um esforço humano e financeiro para estarmos presentes nas marchas, recebermos um tradicional NÃO e nada conseguirmos de concreto.

Afinal, não devemos ter ilusões neste Congresso, ilusões de que vamos abrir um canal de negociação com os parlamentares que, em sua grande maioria, representa os interesses da burguesia e dos patrões, e que aprovam somente projetos que prejudicam a classe trabalhadora.

Essa reivindicação (redução da jornada sem redução dos salários) só pode ser conquistada através do poder que temos como operários e produtores de toda riqueza. E isso, por si só, já deixa claro que não podemos ficar esperando



A Marcha à Brasília é uma oportunidade para levar a luta pela terra e em defesa dos empregos

a boa vontade desse parlamento, cuja maioria está comprometida com nossos inimigos de classe. É necessário mobilizar todas as fábricas, ir para as ruas, realizar paralizações. A direção da CUT tem a obrigação de realizar essa mobilização, pois sabemos da picaretagem desse Congresso e quem ele representa.

A proposta das 40 horas não é só justa, é também uma das formas de colocar a classe em movimento, contra as posições de setores que acham que o trabalhador brasileiro já tem muitos direitos e que é necessário rever, inclusive, os direitos conquistados com muitas lutas.

É preciso que a CUT, que traçou um objetivo de colocar nesta atividade 50 mil cutistas, não vacile frente aos obstáculos que certamente aparecerão. Temos que ter uma postura firme frente ao governo, que em nome da “governabilidade” diz que é necessária a aliança com os deputados e partidos dos patrões que representam os interesses contrários aos dos trabalhadores. Lula deve apoiar-se nas lutas dos trabalhadores e intensificar as ações que beneficiem os trabalhadores, sem mais nenhuma concessão aos patrões. Lula deve romper com os parti-

dos e parlamentares que representam os patrões. Se tomar essa, decisão receberá todo o apoio da classe trabalhadora.

Temos que mobilizar os sindicatos de trabalhadores em todo o país, e este é o papel que a maior central sindical deste país tem condições de cumprir, esse é o papel de sua direção.



A direção da CUT tem a obrigação de realizar essa mobilização, pois sabemos da picaretagem desse Congresso e quem ele representa



Por isso, é fundamental que se amplie as articulações nas CUTs estaduais preparando um enfrentamento duro em defesa dos interesses dos trabalhadores, com passeatas e manifestações em todas as capitais, para que no dia em que o projeto for apreciado e votado na Câmara, se tenha uma forte mobilização em todo o Brasil e que esta sirva para avançar na construção da Greve Geral.



Corrente Sindical da Esquerda Marxista na 4ª Marcha da Classe Trabalhadora

* Severino Nascimento (o Faustão) é membro da Direção Nacional da CUT e Diretor do Sind. Químicos/ PE